

## **005ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13FEV2012**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. ALDACIR JOSÉ OLIBONI (Requerimento):** Nobre Presidente, Ver. Haroldo de Souza, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após, Grande Expediente, Comunicações de Líder e Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Aldacir José Oliboni, solicitando inversão da ordem dos trabalhos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

O Ver. João Carlos Nedel solicita Licença para Tratar de Assuntos Particulares no período de 13 a 18 de fevereiro de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Ismael Heinen, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia Finanças, Orçamento e Mercosul, em função da impossibilidade de o Suplente Newton Braga Rosa assumir a Vereança.

Aprego Declaração de Impedimento, de autoria do Líder da Bancada do PP, Ver. João Antonio Dib (Lê.): “Na condição de Líder desta Bancada, comunico que o Suplente Newton Braga Rosa declara-se impedido de assumir o exercício da Vereança do dia 13 de fevereiro de 2012 ao dia 18 de fevereiro de 2012”.

Passamos às

### **COMUNICAÇÕES**

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste das galerias e também pela TVCâmara e Rádio Web, nosso boa-tarde. No dia 10 de fevereiro, o Partido dos Trabalhadores aniversaria. Trinta e dois anos de luta, de batalha, de sofrimento, mas também de muitas alegrias e de extraordinárias vitórias. Ver. Aldacir José Oliboni, que ascende para a Assembleia logo mais, quero também, neste ato, cumprimentá-lo pela conquista.

O Partido dos Trabalhadores nasceu no Colégio Sião, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Ele trouxe ao seio da sociedade brasileira uma possibilidade diferente, a possibilidade da luta, a possibilidade da afirmação da democracia e uma experiência de participação em que, por mais que outras tentativas tivessem acontecido, ninguém avançou e promoveu tanto. É o Orçamento Participativo, mas não é só isso: são as conferências, são os conselhos, são as práticas democráticas; mais recentemente, para além dos Governos, a inclusão, a prática de incorporar 50% de mulheres como obrigatoriedade nas suas composições de instância de direção, a inclusão das minorias raciais, das diferentes orientações sexuais, das mais diversas representações da sociedade.

O Partido dos Trabalhadores é um Partido que nasceu do movimento de base, da luta operária, da luta sindical, das comunidades de base, do movimento estudantil, dos intelectuais que lutavam e ansiavam por democracia e mais um conjunto de outros atores fundamentais para que o Partido tivesse uma história diferente; e, Ver. Oliboni, bem diferentemente de Partidos que merecem o nosso respeito, mas que nasceram de pequenas elites e cúpulas do Congresso Nacional e que se comprometeram também a representar as minorias do Brasil. O PT, não! O PT se propôs a representar as maiorias, se propôs incluir a todos, de preferência, não permitindo a discriminação de ninguém. E é por isso que nós chegamos agora, com muito orgulho, aos nossos 32 anos, acumulando uma série de vitórias.

Nós estamos liderando uma Frente Popular, no Brasil, que governa com grande sucesso o terceiro mandato neste País. Nós estamos em inúmeros governos estaduais, no Parlamento federal, quer seja no Senado, na Câmara Federal, com as maiores Bancadas e, ao mesmo tempo, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores e em todas as Prefeituras deste País. E essa é a marca distintiva desse Partido. Renasceu combatendo a ditadura militar, lutando por democracia, e tem, na sua história, figuras como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Adelmo Genro Filho, que ontem completou 24 anos de seu falecimento, que nos deixou precocemente, mas que muito contribuiu para que tivéssemos as conquistas teórico-práticas que temos hoje. Cito o caso dessas pessoas que pertenceram aos melhores quadros da intelectualidade brasileira e que aportaram todo o seu saber, o seu conhecimento para que essa experiência de luta democrática, essa ferramenta política tivesse sucesso... (Som cortado por limitação de tempo.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. DJ Cassiá está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DJ CASSIÁ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a nossa Bancada quer cumprimentar e saudar a Bancada do PT pelos seus 32 anos. É uma honra para a nossa Bancada estar aqui saudando o Partido dos Trabalhadores por sua luta em defesa das classes sociais que mais precisam. Também quero aproveitar, Ver. Aldacir Oliboni, usando o meu tempo de Comunicações – como sempre falei, eu não tenho dificuldades e jamais vou ter em falar do governo A ou B ou do Parlamentar A ou B, quando se dedicam às coisas corretas - para quero desejar a V. Exa. nesta sua nova jornada, jornada em que o povo gaúcho lhe dá a oportunidade de representá-lo na Assembleia Legislativa. Hoje é o seu último dia como Vereador nesta Casa, mas não o seu último dia como um grande defensor das comunidades e desta Cidade. O senhor vai continuar lutando, não só pelo Rio Grande, mas principalmente pela nossa Cidade. Parabéns ao senhor, sucesso na Assembleia Legislativa!

Quero aqui também falar, Ver. Brasinha, de um projeto cultural. Sou incansável nesta tribuna e vou continuar batendo nesta tecla: dificilmente se ouve falar em cultura neste País, parece que cultura não faz parte da prevenção. Fala-se no combate às drogas. Combate-se droga com educação de qualidade e com investimento em cultura - falo da contrapartida. Quero aqui, Ver. Elói Guimarães, Presidente do nosso Partido em Porto Alegre, dar os parabéns, mais uma vez, ao Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, que começa a fazer um estudo junto com os jovens de comunidades carentes, jovens que atuam na cultura popular. Está saindo, em conjunto com esses jovens e o Prefeito Municipal, o projeto que se chama Tocando a Vida. O nome já diz: Tocando a Vida. É um projeto que vai fazer com que o jovem da periferia possa ter a oportunidade de se formar em música, em produção musical, professor de música; enfim, são diversas ações que vão ter no projeto Tocando a Vida. Quero, em uma outra oportunidade, falar melhor sobre esse projeto, o que ele representa para o jovem dentro da periferia.

Quero dar os parabéns à Secretaria da Educação, por meio da nossa Secretária Cleci Maria Jurach, que está assumindo esse projeto, que acho de extrema importância para a prevenção do nosso jovem. A cultura não pode ficar na questão de três itens na nossa Cidade: carnaval, que eu respeito; Semana Farroupilha, que eu respeito, e Feira do Livro. Cultura tem que ter todos os dias, cultura faz parte do desenvolvimento e também da prevenção do nosso jovem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. RAUL TORELLY:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores e Vereadoras, todos que nos assistem, eu quero aproveitar este tempo de Comunicações para trazer algumas contribuições que julgo importantes para a nossa Cidade e para o País.

Falando um pouco do Sistema Único de Saúde, acredito que nós precisamos descentralizar a gerência do Sistema. Eu tenho uma sugestão, que eu acho que deve ser levada em conta, que é a criação de superintendências estaduais do SUS para que nós tenhamos diminuída a necessidade de cada Prefeito se dirigir a Brasília quando há projetos importantes para o seu Município. Tínhamos, antigamente, o Superintendente do INAMPS. Agora, precisamos tratar o SUS de uma maneira mais integrada e com acesso mais fácil.

Por que eu falo do SUS? Porque nós precisamos fazer com que haja, na nossa Cidade e no nosso País mutirões, por exemplo, especialmente nas áreas em que há grande dificuldade de acesso. Em Porto Alegre, nós temos o exemplo da traumatologia e da ortopedia, das cirurgias eletivas, das cirurgias como as da vesícula; as pessoas vão aos hospitais semanalmente, muitas vezes, com dores intensas no abdômen, fazem um tratamento paliativo e têm que voltar para casa. Há as cirurgias de hérnia, entre tantas outras, de varizes, e muitas vezes as pessoas estão há três, quatro, cinco anos esperando para que esses procedimentos aconteçam.

Quero também dizer que precisamos investir muito, continuar investindo, como desde o governo Fogaça temos feito, nas creches. Precisamos de dignidade para que as pessoas possam trabalhar e deixar seus filhos tranquilos, e que as famílias tenham a garantia de a criança estar sendo cuidada numa creche, seja ela municipal, seja ela conveniada, mas que esse serviço cada vez seja mais aumentado para as nossas comunidades carentes.

Existem pesquisas nacionais que comprovam que 88% dos médicos têm aprovação nacional no sentido do seu atendimento ser bom, muito bom ou ótimo. Há uma pesquisa recente do IBOPE que comprova que 88% dos usuários gostaram do seu último atendimento médico em todo o Brasil. Então, nós bem sabemos que o que falta na área pública é médico. Precisamos contratar muitos médicos e em especial especialistas para que as pessoas possam ser bem atendidas, pois não se faz saúde sem médicos adequados. Isso é fundamental. Antigamente, se fazia Saúde pública com o médico do postinho e um ou dois funcionários. Hoje, temos equipes imensas e uma resolutividade que deveria ser muito maior.

Com relação à drogadição, também acredito que devemos enfrentá-la de uma maneira emergencial. Não é à toa que hoje estão chegando ao Estado 40 técnicos do Ministério da Saúde para avaliarem a situação do Estado e, junto com os Municípios, fazer com que os programas de combate à drogadição tenham um impulso maior no nosso Estado. Isso é fundamental para que a pessoa humana tenha dignidade e que a sociedade viva de uma maneira melhor, mais tranquila e mais qualificada.

Também gostaria de referir, para finalizar, as questões ligadas à segurança, muito especialmente em alguns bairros de nossa Capital, como é o caso do bairro Auxiliadora e do bairro Petrópolis, em que estão acontecendo com muita frequência os roubos de veículos, ou seja, assaltos à mão armada, fazendo com que as pessoas sofram imensamente com a perda patrimonial e, além disso, com a perda da saúde mental, vamos dizer assim, muitas vezes para o resto da vida. Então, eu queria um olhar atento das nossas autoridades da Segurança pública para esse fato. Muito obrigado e saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE(Carlos Todeschini):** O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. THIAGO DUARTE:** Ilustres colegas Vereadores e Vereadoras, acho que a nossa Moção de Solidariedade, modestamente, ajudou o Supremo Tribunal Federal a clarear um pouco as suas ideias. E saúdo o passo atrás que o Ministro Fux deu, num gesto de nobreza, reenquadrando a sua liminar dentro do que, na verdade, inclusive, colocávamos, aqui, como justo, ou seja, que aqueles Desembargadores que, efetivamente, eram mais antigos, deveriam ser mantidos nas suas posições. Essa é a primeira constatação que eu queria, de público, e desta tribuna, fazer.

A segunda questão - e hoje aproveito o período de Comunicações para frisar e falar - diz respeito ao Relatório que a nossa COSMAM fez no ano de 2011. Foi

uma construção coletiva de todos os Vereadores - Oliboni, Todeschini, Beto Moesch, Mario Manfro, Dr. Raul -, que acabou redundando num documento de quase 100 páginas, nas quais estão relatadas as 73 reuniões que tivemos. Foram 73 reuniões, visitas a mais de 50 UBS e PSFs, na sua região, Ver. Oliboni, o bairro Partenon, nas regiões do Ver. Todeschini, do Ver. Beto Moesch, do Dr. Raul, enfim, visitas a todas as regiões da Cidade, procurando dialogar com a sociedade, com os trabalhadores, num trabalho conjunto com a Secretaria Municipal da Saúde; o Secretário Bósio esteve quase sempre presente nas reuniões, assim como a nossa colega Tânia, o Simers, os usuários do SUS; enfim, foi um trabalho de construção coletiva. E esse trabalho pode dar um bom subsídio à Secretaria Municipal da Saúde, pois o nosso intuito sempre foi o de ajudar nesse processo. Vimos muitas coisas que avançaram, e outras que, talvez, pela dificuldade e pelo exíguo prazo que a Secretaria teve, ainda não puderam avançar, mas, certamente, temos a sensibilidade da Secretaria para essas dificuldades. Além do raio X do mapeamento total que foi feito na Saúde, tivemos alguns outros tópicos, Ver. Beto Moesch, que abordamos no ano de 2011, como o transporte hidroviário, o transporte fluvial, que culminou na manifestação de interesse de empresas que quiserem executar esse transporte. Mais de dez empresas retiraram o edital de manifestação de interesse, podendo tornar, a partir de 2012, agora na presidência o Ver. Beto Moesch, concretos esses sonhos que nós tínhamos - eu, há pouco tempo, o Ver. Beto Moesch, há mais tempo, outros Vereadores há bem mais tempo, como, inclusive, o Ver. Pedro Ruas. Também há outros temas que iremos abordar neste ano, novamente - e o Ver. Beto Moesch, como é da área, certamente, vai poder, com muito mais propriedade, explorá-los e discuti-los com bastante profundidade -, começando com as radiobases, já pautadas pelo Vereador, amanhã, às 16h, passando também pela questão do Morro São Pedro, Ver. Beto Moesch, que a nós, da região, tanto preocupa, passando pela questão da orla, principalmente no bairro Lami, e a questão dos arroios, que acabam complicando a vida das pessoas, principalmente nos momentos das cheias, e aí poderemos discutir se, realmente, aquele é o local correto para que as pessoas, efetivamente, morem. Então, quero, de público,

fazer mais esse profundo agradecimento...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Elias Vidal.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero agradecer ao Ver. Elias Vidal, pela cedência do seu tempo, e, em nome da Bancada do PPS, quero também me juntar às homenagens que fez aqui o Ver. DJ Cassiá e parabenizar o Partido dos Trabalhadores pelos seus 32 anos de luta neste País, sempre buscando o melhor para o trabalhador, o melhor para a Cidade, o melhor para o País. Também quero dar meus parabéns ao Ver. Aldacir José Oliboni pela sua ida à Assembleia Legislativa. A Assembleia vai ganhar, e nós, infelizmente, nos sentimos um pouquinho tristes, Vereador, porque perdemos um talento dentro desta Casa, perdemos um grande Parlamentar que sempre trabalhou principalmente com as questões de saúde; mas tenho certeza de que o senhor, na Assembleia, continuará tendo os olhos voltados para esta Casa e para a cidade de Porto Alegre. Então quero, particularmente, como amigo, fazer um agradecimento, pois sempre fizemos uma parceria aqui dentro, e eu nunca esqueci que o senhor me ajudou a liberar um terreno, lá no bairro Rubem Berta, para uma Unidade de Saúde. Não quero ser mal agradecido; pelo contrário, sou muito agradecido e quero prestar este reconhecimento: o senhor não mediu esforços, o senhor nos ajudou, e nós vamos construir mais um posto de saúde lá.

Também me traz aqui uma outra questão, e eu gostaria muito de obter a compreensão e a solidariedade de todos os Vereadores desta Casa, em especial dos meus colegas da CUTHAB. A CUTHAB, amanhã, junto com a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, com quem conversamos e chegamos a um ponto comum, vai enfrentar uma demanda muito grande e muito corriqueira que acontece na nossa Cidade. Eu vou relatar o fato, e cada um julgue da maneira que achar melhor: há cinco, seis anos, nós estamos lutando, juntamente com a



comunidade que mora numa área de risco no Jardim dos Coqueiros, com aquelas pessoas que ficam junto a um arroio, pois a água, que começa lá na Av. Protásio Alves, quando chega ali, leva as casas das pessoas de roldão; há crianças, e não são poucas, há pessoas de idade, e não são poucas, que moram, muitas vezes, em uma casinha pequena, humilde, e a chuva, o temporal, a água acaba levando. Essas pessoas foram morar lá não por que quiseram, mas porque foram obrigadas a morar lá. Mas foram morar lá e não se acomodaram, ou seja, passaram cinco anos, junto com este Vereador, junto com as lideranças do Eixo Baltazar, buscando, via Orçamento Participativo, organizadamente, recursos, Ver. Beto Moesch, para compra de uma área - levando, inclusive, em consideração a questão ambiental, porque eles estão em uma área ambiental -, para poderem sair daquela área. Foram ao OP, acumularam recursos, lá, e acabaram comprando uma área. Elaboramos um projeto, em parceria com o DEMHAB, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com a Secretaria de Governança, enfim, com todas as esferas que se faziam necessárias, para que fosse elaborado um projeto para aquelas famílias, e lá serão construídos 300 apartamentos, ou seja, as pessoas que estão na área de risco vão para lá.

Depois de elaborado o projeto, o segundo passo foi a inscrição no Programa Minha Casa, Minha Vida para disponibilizar o recurso para construção dos apartamentos. No momento em que a Caixa Econômica liberou recurso e tudo estava prontinho para iniciar a obra em março, houve uma ocupação nessa área. Elas estão no seu direito? Eu acho que até estão no seu direito, o que não está certo é ocupar uma área que não lhes pertencia, que já estava destinada, que não era mais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que não era mais do DEMHAB, não era do Governo do Estado, mas era uma área destinada para a população que, com muito sacrifício, em noites frias, chuvosas, ventosas, foi às reuniões do Orçamento e cumpriu o que a Cidade pediu. Então, se há um único lugar em que essas famílias hoje não podem permanecer é lá. Aquela área pertence aos moradores que batalharam por ela no OP; se não for assim, rasgue-se o caderno do Orçamento Participativo! Tem

que prevalecer a lei e a ordem. Essas pessoas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Apregoamos o Ofício de autoria do Ver. Ismael Heinen, com o seguinte teor (Lê.): “Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2012. Exmo. Sr. Haroldo de Souza, MD Presidente em exercício da Câmara Municipal de Porto Alegre: ‘Sr. Presidente, para os fins de direito, informo a V. Exa. que, atualmente, estou oficial e legalmente filiado ao Partido Progressista. Atenciosamente, José Ismael Heinen, Vereador”.

O Ver. Elói Guimarães está com a palavra em Comunicações.

**O SR. ELÓI GUIMARÃES:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu poderia falar da questão salarial do Brasil... Eu até penso que defender uma Constituinte salarial, no Brasil, faz sentido. Inclusive, a colunista do jornal Zero Hora, a Rosane de Oliveira, fez um artigo, uma crônica que é um verdadeiro primor do ponto de vista de focar a situação salarial hoje do nosso País. Diz ela (Lê.): “Somos todos baianos [...]”. Ao final ela diz assim, com muita proficiência (Lê.): “Governadores que hoje estão às voltas com a pressão dos policiais precisam fazer um mea-culpa. Prometeram melhores salários na campanha, apoiaram greves semelhantes no passado, declararam apoio à PEC 300 e agora descobriram que não têm como pagar a conta da demagogia” – a conta da demagogia.

Então, hoje é a questão salarial no Brasil algo extremamente preocupante do ponto de vista da própria estrutura do Estado. Nós já tivemos crises, nós já tivemos questões ao longo da história do Brasil: questão militar, problemas ligados com a propriedade, a questão capitalismo/socialismo - são “n” questões que ao longo do tempo vêm se registrando. Hoje a questão que reputo mais grave em nosso País é a questão salarial das instituições públicas, porque exatamente é uma colcha de retalhos, é um verdadeiro mosaico, em que os salários, em diferentes áreas, apresentam uma disparidade muito grande.

Entendo até que não é um despropósito fazer uma campanha para que haja, no País, uma Constituinte salarial, no sentido de estabelecer critérios para dispor os salários no Brasil, porque é uma colcha de retalhos, é um verdadeiro mosaico. E sintetiza a jornalista Rosane de Oliveira...

O que se fez? A própria União começou a criar salários básicos, pisos, sem as contrapartidas. Por quê? Demagogia, pura demagogia para ganhar eleições! Agora estamos com um impasse no País, um grande impasse. Nós vimos o que aconteceu na Bahia, o que aconteceu no Rio – lá, parece que a situação está sendo dominada. Então é um problema comum ao País, é um problema comum à Nação a questão dos salários, que hoje está na área da Segurança; mas há também a área da Saúde, espaços extremamente importantes. E, irresponsavelmente, diziam: “Olha, não pagam o salário lá por falta de vontade política”. Isso se dizia para ganhar as eleições. Depois que se ganha as eleições, que se chega ao poder, o orçamento é aberto, se vê a situação dele, se diz: “Olha, não dá para pagar”. Aí não é mais falta de vontade política; é que não há recurso! Já pagamos caro por essa irresponsabilidade. Está aí a Bahia: uma verdadeira crise, com mortes, com preços insuportáveis! Então, precisamos, no Brasil, primeiro, acabar com a demagogia, que corrói a democracia, compromete a democracia! Enfim... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Encerrado o período de Comunicações.

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Haroldo de Souza.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Ver. Todeschini, na presidência dos trabalhos, nossos cumprimentos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero aproveitar a presença do Dr. Gil Almeida, que aqui representa, como outros, o Executivo.

Nós temos um Projeto que foi vetado pelo Executivo. No nosso entender o Veto ocorreu em razão de algumas pessoas não terem entendido o objetivo do nosso Projeto, mas eu vou resumir.

Hoje, em Pauta, estamos vendo vários nomes de ruas, nomes de logradouros públicos. E isso é de competência dos Vereadores. Ocorre que, enquanto esses logradouros não têm o seu nome definitivo, as pessoas lá estão construindo condomínios. Tenho trazido aqui, seguidamente, o exemplo da Rua Fábio Araújo Santos, porque, ainda na época do Villela, como Prefeito, ele sancionou o nome daquela rua. Lá foram construídos mais de 800 apartamentos, e ainda consta, nas matrículas desses apartamentos, o nome de rua projetada. Para sanar essa questão técnica, as pessoas têm de ir, individualmente, lá nos Registros de Imóveis, fazer essa alteração. Levam a Lei e pagam a taxa. Esse é um costume, e isso está ocorrendo aqui em Porto Alegre.

O que pretendemos com o nosso Projeto? Que o próprio Executivo oficialize os Registros de Imóveis para que deem um outro atendimento, para que não venhamos trazer todos esses inconvenientes à população.

Um outro dia eu fiz um desafio. Se nós não resolvermos essa questão, nós estaremos aqui trabalhando para que os Cartórios de Registro de Imóveis arrecadem cada vez mais. Essa é a verdade! Se não resolvermos essa questão, nós estaremos aqui a serviço dos registradores de imóveis.

Uma outra questão que levanto é a seguinte: não está descartada a possibilidade, se não resolvermos essa questão, quando os Vereadores receberem aqui os projetos, de irem lá nos logradouros e avisarem aos moradores: “Olha, vocês vão ter uma despesa individual para alterar as matrículas dos seus imóveis”. Quer dizer, seria um absurdo se isso acontecesse, mas não dá para descartar essa possibilidade. E quem assim o fizer, estará defendendo os interesses dessas pessoas. Mas nós esperamos,

Ver. João Antonio Dib, ainda tentar uma solução no Veto, mas algo assim não no sentido de derrubá-lo, como costumeiramente nós aqui tratamos. Precisamos que o próprio Executivo sinalize, porque acho que não houve um entendimento do nosso Projeto.

Gostaria de falar – e agora a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna preside os trabalhos – sobre o Projeto que hoje já foi tornado público aqui pelo nosso Secretário, que é o que pretende dar um outro tratamento às calçadas, aos passeios públicos em Porto Alegre. O Prefeito, quando determina que os particulares façam o conserto do passeio público, ele está, sim, cumprindo o que determina a Lei, mas é uma Lei desatualizada, é uma Lei lá de 1975, quando os valores do IPTU, em Porto Alegre, eram insignificantes. Nós tínhamos, naquela oportunidade, uma outra concepção de direitos e de valores - é uma Lei desatualizada. Nós achamos, por outro lado, que, se deixarmos ao particular para que cada um faça ao seu jeito e ao seu tempo, nós nunca vamos ter calçadas regulares em Porto Alegre. Por isso o nosso entendimento é de que essas calçadas, nas vias públicas, devem ser feitas pelo Executivo, do começo ao fim de uma avenida ou rua. Essa é a única maneira de nós encontrarmos, um dia, aqui em Porto Alegre, Deus queira, calçadas regulares.

Quero também trazer um assunto que está sendo muito badalado hoje na imprensa...

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)

Ver. Bernardino, eu não tenho ainda uma opinião formada sobre o seu Projeto, acho que é temerário passar todas as calçadas da Cidade para a Prefeitura, porque as ruas já estão esburacadas, já temos “n” problemas de moradia, de saneamento, e acho que não teria solução imediata. Mas eu quero-lhe dizer que o Município já tem muita tarefa, que já pode fazer todas as calçadas das escolas Municipais, dos próprios públicos, como o DMAE, aqui na Zona Sul, que está horrível.

A segunda questão é uma intervenção junto aos grandes condomínios e escritórios, Ver. Bernardino, porque, por favor, que eu saiba - hoje ainda verifiquei - custa R\$ 16,00 o metro quadrado do basalto regular, e o valor da

mão é obra é mais barato. Ora, os grandes escritórios podem arrumar as calçadas do Centro, por exemplo. Só falta uma intervenção da Prefeitura.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Obrigado. A questão é como nós enxergamos. As calçadas, chamadas passeios públicos, são do público, não são do privado. Eu não posso delegar a alguém – a sã consciência me impõe essa condição –, é difícil delegar a alguém o conserto de algo que não é dele. O morador fronteiro às calçadas tem o mesmo direito do cidadão comum. Por que é que ele vai ter a obrigação de fazer essa calçada? Esse é o entendimento. O debate é bom. A verdade é uma só: se cada um permanecer fazendo as calçadas a seu tempo e a seu jeito, nós nunca teremos calçadas regulares em Porto Alegre.

Eu tenho vindo aqui a esta tribuna desde 2006 e aqui eu quero fazer um registro: este prédio localizado na Rua Marechal Floriano, esquina com a Rua Riachuelo, está amarrado com um cabo de aço. (Mostra fotografia.) Eu venho reclamando desde 2006, Ver. João Antonio Dib, eu sei que V. Exa. é um dos preocupados. Só que hoje, essa madrugada, caiu parte do telhado. Semana passada, um dos restaurantes ao lado ligou para o nosso gabinete avisando que a rachadura estava abrindo.

Eu confesso que hoje respondi, alguns dos senhores já receberam *e-mails* em que eu digo o seguinte: há muito tempo que eu não passo ali perto, porque eu tenho medo que o prédio possa cair. Hoje, como Vereador, eu tenho vergonha em ir lá no local. Os donos de comércio, agora pela manhã, quando a imprensa lá estava, me ligaram também. E eu quero confessar para os senhores – eu fui insistir com o Dr. João Almeida, que aqui está e que também trabalha junto com o Prefeito – que este Vereador tem, literalmente, vergonha de passar lá. Eu estou desde 2006, e quantas denúncias eu fiz desta tribuna, quantos ofícios eu já fiz para vários órgãos do Executivo, vários órgãos públicos, será que é impossível se tomar uma decisão? A explicação que foi dada à imprensa hoje – e eu, em respeito à pessoa, ao departamento e ao órgão do Município, não tenho necessidade de citar seu nome – foi a seguinte: nós já avisamos, notificamos dez vezes os proprietários, enfim. Meu Deus do céu! O Poder

Público tem outros instrumentos para isso. Se houver uma tragédia, essa resposta vai valer alguma coisa? Esta Casa já fez ação coletiva em mais de uma oportunidade, mostrando alguns prédios, no Centro de Porto Alegre, que estão com risco de desabamento. Eu quero, antes de lhe passar a palavra, Ver. Comassetto, mostrar este aqui também. (Mostra fotografia.) Este prédio é da década de 1950, 1960, também inacabado lá na Praça XV. Gente, isso aqui, quem não conhece internamente, eu acho que, por mais que eu comente sobre o prédio, não vou efetivamente representar... Porque quem entrou lá, e nós entramos, vários Vereadores nos acompanharam, é lamentável. E nós não podemos permanecer com essa prática de simplesmente avisar: “Olha, o Vereador fez um discurso; olha o Vereador mandou um ofício!” Tem algumas coisas, Ver. Comassetto, sobre as quais o Poder Público precisa agir, doa a quem doer, em nome da segurança da sociedade.

**O Sr. Engenheiro Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, primeiro quero registrar aqui que sou testemunha do seu esforço na luta contra os esqueletos dos prédios no Centro da Cidade. Sobre aquele prédio ali da Rua Riachuelo, esquina com a Rua Marechal Floriano, eu o acompanhei na gestão do Ver. Sebastião Melo, depois, na gestão do Ver. Tessaro e mesmo na da Ver.<sup>a</sup> Sofia. Fizemos diligência, divulgamos a preocupação que tínhamos e pedimos providência ao Executivo. Eu quero registrar aqui uma opinião: se o proprietário nada faz, desapropria-se, declara-se de utilidade pública e o Poder Público Municipal assume a responsabilidade por um prédio como esse. Muito obrigado.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Eu quero mostrar aqui... (Mostra fotos.) Nós procuramos tirar a identificação das pessoas. Aqui tem um deficiente físico, uma senhora, são duas fotos, olhem aqui! Isso não é de hoje, nós temos muitas fotografias. Não tem calçada, ali não tem passeio público! As pessoas, Ver. Adeli, têm que usar a pista de rolamento, com cadeira de rodas disputando com os automóveis. Está aqui! Não tem sentido! Eu respeito o Ver. João Antonio Dib, enfim, respeito todos os representantes do Governo e fico

constrangido, Ver. Dib, de ficar repetindo isso. Eu sei que V. Exa. também não tem medido esforços para resolver essas questões, mas nós também não podemos ficar calados, porque não adianta, depois de ocorrerem os fatos trágicos, nós ficarmos aqui jogando palavras fora. Sinceramente, eu não sei mais o que falar, porque o Poder Público tem instrumentos para isso! Desapropria, toma conta, deposita os valores na Justiça. Aqui desse prédio da Marechal Floriano, pelo que me consta, são vários proprietários. E, segundo informações que me chegaram, um deles teria doado a sua parte à Santa Casa, mas isso é um detalhe que o Poder Público não precisa se envolver. Desapropria, deposita o valor que entende na Justiça e vai discutir! O que nós não podemos é ficar aguardando uma tragédia para, depois, tomar uma decisão. E esse prédio, diga-se de passagem, é tombado. Onde estão os representantes das entidades, do Epahc, dessas entidades todas? Será que a responsabilidade deles é somente tombar e não se preocupar com os prédios que estão caindo? Mas, de qualquer sorte, independente de qualquer situação de tombamento ou não, nós estamos muito passivos frente a uma decisão que pode causar uma tragédia, Vereador que me cedeu o tempo, Haroldo de Souza; eu quero lhe agradecer.

Fica aqui, então, o nosso desabafo! Ver. João Antonio Dib, eu volto a dizer da minha admiração por Vossa Excelência. Eu fico constrangido de ficar citando o seu nome, mas o senhor tem uma nobre missão aqui nesta Casa, que é representar o Governo. Quem sabe lá se, insistindo, nós não lhe damos cada vez mais energia e munição para que o senhor argumente, porque nós precisamos buscar uma solução. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Nós é que agradecemos ao Ver. Bernardino Vendruscolo.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.



**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; hoje, uma segunda-feira, estou ocupando o Grande Expediente e gostaria de dirigir as minhas primeiras palavras à Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Que bom que a senhora está de volta, Vereadora. Quero lhe dizer também que tem mais uma estrela no céu; provavelmente não estejamos vendo, mas ela a está iluminando. Quero dizer que estamos solidários, tocando a vida para frente, lembrando sempre daquele que a cuidou desde pequena, seu pai, que Deus o tenha.

Quero fazer uma saudação ao Presidente do setor jovem do PMDB estadual, que está aqui; a nossa juventude, que fez um grande encontro ontem em Tramandaí, provocando as discussões com entusiasmo. Então, esta saudação especial aos nossos companheiros do setor jovem.

Nesse final de semana – já há algum tempo estamos envolvidos, Vereadores –, eu tive uma discussão um pouco acalorada com um Coronel da Aeronáutica, no ar, pela intromissão que o DECEA está tendo em relação ao Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. No mês de novembro, o tal de Cel. Ramon, ou Brigadeiro Ramon, de Curitiba, do DECEA, resolveu que tinha que mudar as regras do jogo e transformar aquilo que poderia ser construído com 76 metros de altura em relação ao aeroporto para 48 metros! O jornal Zero Hora fez uma grande matéria ontem mostrando que, por essa loucura desse Coronel e mais alguns Coronéis, alguns Brigadeiros, Porto Alegre teria que começar a cavoucar terrenos para fazer a tal de zona de aproximação dos aviões, o cone de aproximação. Eu acho que isso é uma falta de respeito com os Vereadores que fizeram o Plano Diretor! A Câmara de Vereadores convidou a Aeronáutica para estar aqui para ver onde tinha que deixar a rampa de aproximação da aterrissagem, ela esteve aqui e fez a recomendação.

**O Sr. Adeli Sell:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero me congratular com V. Exa. porque a população, as entidades e as outras instâncias governamentais, bem como o Ministério Público e o Judiciário, tiveram condições de interferir no Plano Diretor que nós votamos.

Não tem autoridade acima da Câmara de Vereadores para tratar de zoneamento, de Plano Diretor da Cidade: somos nós, os Vereadores, que temos autoridade. Estão, portanto, em ação contraditória com a lei, por cima da lei, as ações do pessoal do V Comar ou seja lá quem for.

Há coisas que são visivelmente afrontosas ao bom-senso. Ninguém quer avião batendo, ninguém quer avião caindo, mas tem coisa que não dá para aturar! Esta Câmara tem que exigir respeito e determinação, e o Executivo também tem que se postar diante desta questão. Parabéns!

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Muito obrigado.

Estou colhendo as assinaturas para fazermos uma Comissão Especial, representando a Câmara. Isso não é de um Partido ou de outro, mas é da cidade de Porto Alegre. A falta de respeito não é da Aeronáutica, não é do V Comar: tem nome, é lá em Curitiba, o DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo -, e, se fosse por eles, teria que demolir metade da Cidade.

Nós estamos lá na Zona Norte fazendo um monte de edifícios que não poderão mais ser feitos. Pobre não tem direito mais de morar na Zona Norte, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste. Como é que vai morar? É proibido, tem que deixar a pista para o aeroporto. Mas o que é isso? Onde é que nós estamos?!

A Presidente Dilma faz uma força danada para continuar o Minha Casa, Minha Vida, que é um grande projeto, que está empregando todo mundo... Porto Alegre é a cidade que tem o menor índice de desemprego do Brasil, provavelmente graças a essas construções, graça a esse projeto Minha Casa, Minha Vida, graças à Caixa Econômica Federal, que está botando dinheiro no mercado, graças aos construtores, mas também temos que ver as pessoas que têm um terreno, um terreninho, um terreno mais ou menos, mas estão impedidos de construir, como se o avião passasse no meio de dois edifícios! Já tem edifícios de 20 andares, e eles não querem deixar um edifício de 10 andares no meio.

Está aqui no jornal Zero Hora bem claro: se fosse por esse Coronel ou por esse DECEA, não se poderia construir o Colégio Anchieta, não daria para fazer o Viaduto da Av. Plínio Brasil Milano. Mas isso não é só um equívoco: isso chega

às raias da burrice completa! Nós temos que fazer alguma coisa - e vamos fazer, vamos criar essa Comissão Especial, vamos conversar, vamos tentar convencer o DECEA de que isso é uma loucura. Senão, nós vamos lá. Eu vou convidar todos os 36 Vereadores para irmos para a porta do V Comar, para mostrar que em Porto Alegre o Plano Diretor quem faz são os Vereadores de Porto Alegre e não um coronel lá em Curitiba!

**O Sr. Engenheiro Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Cecchim, eu acredito que esta Câmara perdeu uma grande oportunidade de fazer esta discussão. E registro por quê: quando nós fizemos a revisão do Plano Diretor, o V Comar veio aqui, apresentou os estudos a esta Câmara, e nós não fizemos o debate naquele momento, junto com o Plano Diretor. Neste sentido, tem todo o meu apoio essa Comissão que o senhor propõe, porque este tema precisa ser debatido.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Muito obrigado, Ver. Comassetto.

Então, nós estamos vendo que a Casa ouve a Cidade. Não é o Sinduscon, não é a RBS, não é a Record, o Jornal do Comércio: é Porto Alegre que não pode ficar de joelhos por algumas determinações.

E ainda esse coronel faz umas ameaças - coronel ou brigadeiro, me desculpem, eu não sei qual é a patente dele, Coronel Ramon ou Brigadeiro Ramon, de Curitiba - veladas: "Ah, se não fizerem isso, nós podemos tirar o 'Internacional' do Aeroporto Salgado Filho." Ora, gente, eu quero ver eles terem o peito de dar essa notícia para a Presidente Dilma, para o Governador Tarso Genro, para o Prefeito Fortunati! Eu duvido que eles tenham tanta coragem assim!

É meia dúzia de pessoas que estão instaladas em Curitiba que estão fazendo isso, fazendo essa afronta à cidade de Porto Alegre, fazendo essa afronta à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que fez um Plano Diretor e convidou a Aeronáutica para vir aqui. Até mesmo porque eles tiveram a petulância de fazer isso agora em novembro, com data retroativa, baixando as alturas em relação ao Salgado Filho.

Faz 10 anos, 20 anos... Há quantos anos há esse projeto de aumentar a pista do Salgado Filho? Pois a Cidade está fazendo esse esforço de tirar as famílias da Vila Dique e levá-las lá para cima, para dar melhores condições de vida. E agora vêm dois ou três encastelados da Aeronáutica querendo fazer isso! Não é possível! Nós vamos dar o nosso grito de independência em relação a isso na cidade de Porto Alegre!

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, eu quero lhe dizer que quero fazer parte, que estou com o senhor e que assino também, porque esse coronel tem que vir aqui na Cidade, caminhar, ver o que acontece. Vamos ver se ele tem qualidade. Ele que vá falar as bobagens dele lá onde ele comanda, mas não aqui em Porto Alegre! Aqui há pessoas responsáveis, empresários que têm responsabilidade. Ele que não fale bobagem. Ele que cante as bobagens dele lá onde ele manda.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Obrigado, Vereador.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, se me permite, eu gostaria de discordar frontalmente do Ver. Brasinha. Eu acho que a gente deve levar isso a sério, e devemos reconhecer como Câmara que nós não podemos... A discussão do Plano Diretor para mim foi uma grande lição: nenhum Vereador desta Casa tem noção do todo, porque cada capítulo é de uma profundidade... Eu poderia citar “ilhas”. Nós não avançamos em nada sobre isso. Não revisamos “arquipélago”; nós não revisamos o sistema de “imobilidade”, como costuma dizer o Ver. Adeli e, também, na área do aeroporto, não fizemos qualquer mudança ou análise mais aprofundada. Eu acho que esta Casa deveria fazer isso, Cecchim. Eu queria sugerir que, de alguma maneira, uma das nossas Comissões pudesse assumir isso. Eu até proponho que o nosso Presidente da CCJ incorpore isso, para que, de fato, a gente aprofunde este debate que está todo mundo fazendo. Todos estão dizendo que o nosso Plano Diretor não respeita as normas da

Aeronáutica. Então, eu creio que é uma tarefa sobre a qual devemos nos debruçar. Obrigada pelo aparte.

**O Sr. Luiz Braz:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, V. Exa. sabe que, quando se trata de cone de aproximação, nós temos ali medidas totalmente diferentes. É claro que nós não temos técnica suficiente para saber quais são as medidas necessárias para que o cone de aproximação não ofereça nenhum tipo de risco para a pista do aeroporto. Então, eu acho que os técnicos da Prefeitura devem fazer um trabalho juntamente com o pessoal da Infraero para que possamos ter realmente as medidas certas e para que, quando nos formos fazer o Plano Diretor, venha do Executivo o projeto correto para que a gente possa aqui aprová-lo. Não cabe a nós, da Câmara de Vereadores, estabelecer quais são essas medidas: isso cabe aos técnicos da Prefeitura.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Vereador, se me permite, não é para estabelecer nada. Estou respondendo a V. Exa. e para a Ver.<sup>a</sup> Sofia. Nós não estamos aqui para estabelecer isso. Essas regras são internacionais e elas já existem há muitos anos. Agora, quero ver como vão demolir os edifícios, como vão demolir o Colégio Anchieta, como vão demolir toda a Cidade! Isso é regra internacional, e agora eles viram isso! O que é isso?! Isso é uma falta de respeito para com a Câmara. Não é para nós estabelecermos isso, mas para discutirmos o que eles estão desfazendo agora!

Eu ainda volto a insistir: tem que ser formada uma Comissão Especial para discutir isso, porque o assunto é muito grave e muito importante para a Cidade. Caso contrário, daqui a pouco não vai ter obra para nada! Não vai ter para nada! Porque o Dr. Ramon, lá em Curitiba, resolveu que não vai ter. Acho que nós temos que fazer...

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, qual é o problema? É isto mesmo: existem as normas internacionais. A Prefeitura fica pressionada pelos proprietários, porque eles

pegam o Plano Diretor e dizem: “Eu tenho direito, porque no Plano Diretor está previsto”, ou seja, nós não compatibilizamos.

Eu quero concordar com o Ver. Braz, eu acho que veio uma proposta do Executivo, e ela não levou em conta que havia regras internacionais, minimamente. Está bem, o que está consolidado está, mas o problema são os novos. O nosso aeroporto vai se tornar... Por isso estão discutindo o novo aeroporto fora daqui, porque não há mais como incorporar, absorver um tráfego aéreo desse tamanho e essas aeronaves grandes. Então, estão discutindo para ser fora daqui, tu sabes muito bem, porque Porto Alegre está o tornando inviável. Então, acho que temos que estancar - é isso que eu falo. Temos que chamar o Governo e alterar o que ainda pudermos alterar.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Vereadora, não há mais como os aviões passarem no meio de dois edifícios, a não ser que sejam camicases. Então, é uma grande burrice o que eles estão fazendo!

**A Sra. Maria Celeste:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, só quero acrescentar uma informação que acho importante, para bem da verdade. Quando nós formamos a Comissão Especial que discutiu o Plano Diretor, a Infraero e o V Comar estiveram aqui nesta Casa alertando os Vereadores da Casa exatamente sobre as normas internacionais e como se deveria proceder dentro do novo Plano Diretor. Esse alerta foi feito, não apenas para os Vereadores, mas especialmente para os técnicos da Prefeitura Municipal. Acho que nós temos que verificar isso. E essa proposição da Comissão Especial é bem-vinda, no sentido de que o Executivo tem que dizer qual é a saída, tendo em vista que esse alerta foi dado há muito tempo, não apenas agora. Obrigada.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Obrigada, Vereadora.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cecchim, rapidamente quero dizer que discordo completamente do que a

Ver.<sup>a</sup> Sofia falou. A Ver.<sup>a</sup> Sofia esteve no Poder; por que ela não fiscalizou quando ela era Governo? Por que não fiscalizou o Plano Diretor? E agora vem querer dar o pitaco dela. Acho que ela está completamente errada.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Agradeço ao Ver. Brasinha e à Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste. A Comissão Especial - a senhora entendeu muito bem - é justamente para discutir a autonomia da Cidade, obedecendo às regras, mas desde lá de trás, e não começar agora; depois de cinco mil edifícios construídos, eles não querem mais fazer nada, não querem construir nada em Porto Alegre. Então, vamos fazer a Comissão Especial, vamos discutir este assunto e, se preciso, vamos todos lá para a porta da Aeronáutica... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz: “O Vereador que subscreve comunica o seu licenciamento do seu mandato parlamentar, a contar de 11-2-2012, em face de haver assumido, na mesma data, o cargo de titular da Secretaria Extraordinária da Copa de 2014, do Município de Porto Alegre. Ver. João Bosco Vaz”.

A Mesa informa que o Suplente Mario Fraga foi empossado no mesmo dia, nos termos regimentais, e integrará a CEDECONDH.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALDACIR JOSÉ OLIBONI:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje, solicitei este período do nosso Partido exatamente para fazer um agradecimento todo especial aqui porque, no dia de hoje, faço o meu último pronunciamento como Vereador de Porto Alegre.

O ano de 2000, quando fui candidato a Vereador, foi muito importante para mim, porque eu estava lá, dentre os escolhidos, Ver. Brasinha. Tive a felicidade de ter sido reeleito por três mandatos e completaria neste ano, Ver. Cecchim, doze anos de mandato de Vereador. Naquela época, eu tinha uma enorme dificuldade de falar, mas o Parlamento nos dá a possibilidade e o exercício não só da democracia, mas também de interagir com os colegas e com a sociedade. Também foi durante todo esse tempo que eu consegui fazer a minha marca, no sentido de ser um Vereador propositivo, mas também polêmico, com projetos importantes que acabaram dando uma possibilidade e uma real marca no sentido de poder dizer, afinal de contas, em que área este Vereador militou. Na área da transparência, aprovamos, por exemplo, três projetos importantes, que foram o Portal Transparência Porto Alegre, hoje utilizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e já sendo premiado fora de Porto Alegre; aprovamos, o fim do nepotismo, sendo pioneiros nisso; agora, por último, a Ficha Limpa Municipal, que possibilita a ideia de que todos nós somos honestos e transparentes, e queremos, a cada ano, a cada momento, trabalhar para que a população acredite mais nos políticos. Então, nesta missão, podemos trabalhar no sentido de qualificar os Parlamentos e dizer ao conjunto da sociedade que é preciso acreditar. Pode ser que alguém acabe destoando deste sistema, mas, na grande maioria, nós, que estamos aqui na base da pirâmide, queremos sempre construir uma Cidade melhor para todos. Então, eu tenho a obrigação de, neste dia, dia 13, 32 anos do PT, dizer que nós também temos uma história muito bonita. É claro que temos algumas divergências com outros Partidos, e nós conhecemos muito de perto o PT, que nasceu dos movimentos populares, do movimento sindical, como um espaço necessário para construir a sociedade que almejávamos e que almejamos muito melhor. É muito importante que os Parlamentares possibilitem que o conjunto da sociedade venha ao Parlamento, procure os Parlamentares e construam dias melhores com eles.

Quero aqui agradecer a toda a Casa, a todos os Vereadores e as Vereadoras, ao Presidente, Ver. Haroldo de Souza. Todas as Bancadas foram importantes, de modo especial a minha Bancada, o PT: Ver. Adeli Sell, hoje Presidente do



Partido; Ver. Carlos Todeschini, Ver. Engenheiro Comassetto, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e Ver. Mauro Pinheiro. Quando entrei, lá em 2001, nós tínhamos aqui Vereadores muito consagrados que hoje estão no Estado como Secretários, como, por exemplo, Estilac Xavier, o Pestana, o Marcelo Danéris, o Juarez Pinheiro, todos os quatro importantes e que hoje são referência para nós na vida, no dia a dia. Então, com certeza, é um momento de eu não só reconhecer, mas agradecer às figuras políticas que me deram espaço importante para aprender a conviver na política. Depois do compromisso de ter sido candidato a Deputado Estadual e ter recebido 24.754 votos da população, ter sido o 3º Suplente da nossa Aliança, agora recebo a informação da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado, de que a nossa colega Miriam Marrone aceitou e já assumiu a Secretaria-Geral do Governo, e coube então ao 3º Suplente a Deputado Estadual assumir a cadeira, o que farei amanhã, às 14h. Desde já, convido todos os colegas Vereadores e Vereadoras, aqueles que puderem estar presentes na Assembleia Legislativa. Ver. Thiago, nós fomos membros da Comissão de Saúde, lá atrás, em 2001, presidi a CEFOR, como tantas outras Comissão pelas quais passei, e posso dizer aos colegas Vereadores que foi um enorme aprendizado, tanto que a população, ao perceber o nosso trabalho, acabou nos dando a alegria de que, a cada eleição, eu pudesse ter aumentada a minha votação. Não foi por acaso que, em 2000, fiz mais de 5 mil votos; em 2004, mais de 6 mil votos; e agora, em 2008, mais de 7 mil votos. O fato de estarmos na política e percebermos que a população cada vez mais apoia o nosso trabalho é, com certeza, animador, porque ela faz de nós um instrumento de transformação. E eu quero dizer a vocês que vou para a Assembleia Legislativa e continuarei pautando Porto Alegre, porque eu percebo que muitos Deputados não fazem o que, na grande maioria, poderiam fazer. Quando há eleição, os comitês estão aqui, mas, quando estão trabalhando nos mandatos, Porto Alegre é muito pouco pautada no conjunto das demandas e de projetos estruturantes de nossa Cidade. É por isso que eu quero também, além de participar de algumas ações importantes da Câmara, poder construir agendas positivas de Porto Alegre e da grande Porto Alegre, porque percebemos que tudo isso nos ajuda a construir

uma cidade melhor para todos. Seja de qualquer um dos diversos Partidos, quem governa tem que olhar a Cidade como um conjunto, e, portanto os projetos têm que ser para toda a população. Nesse sentido, nobre Presidente, quero que leve o meu agradecimento especial ao nosso Presidente, o Ver. Mauro Zacher, porque ele, hoje como Presidente - e V. Exa. também como Vice-Presidente -, tem assumido, nos últimos dias, a Prefeitura Municipal. O meu agradecimento todo especial e me colocarei à disposição, na Assembleia Legislativa, para poder continuar um trabalho árduo, às vezes difícil, mas nunca impossível, porque nós temos que construir, com certeza, possibilidades reais de poder transmitir ao conjunto do cidadão que é possível, sim, construir uma política que seja mais humana e igualitária. Quero agradecer a todos os funcionários, desde as taquígrafas, a imprensa, os seguranças, os motoristas, os assessores, as Comissões, enfim, a todos que aqui me ajudaram a construir essa relação de um profícuo mandato. Portanto, neste momento, entrego ao Presidente dos trabalhos, o Ver. Haroldo de Souza, a minha Carta de Renúncia, que se dará a partir de amanhã, dia 14 de fevereiro. Também gostaria de dizer que amanhã também assume, pelo PRB, o Jose Freitas, como primeiro Suplente da nossa aliança. E quero deixar aqui meus sinceros agradecimentos a todos. Até a próxima oportunidade. Muito obrigado. (Procede à entrega do documento ao Presidente.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** Apregoamos o ofício, de autoria do Ver. Aldacir José Oliboni (Lê.): “Sr. Presidente: O Vereador que subscreve, tendo em vista que assumirá, no dia de amanhã, 14 de fevereiro de 2012, o mandato de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, comunica sua renúncia, a contar da data referida anteriormente, do mandato de Vereador que detém perante o Poder Legislativo desta Capital. Atenciosamente, Ver. Aldacir Oliboni, Partido dos Trabalhadores”.

Eu quero desejar ao Oliboni, um dos mais corretos Vereadores desta Casa, que ele tenha o mesmo brilho, a mesma vitória que teve aqui, como Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ADELI SELL:** Caro Presidente, uso este tempo também como Presidente do meu Partido e não poderia deixar de colocar os 32 anos de mudanças do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores.

Quem viu o PT nascer, como eu, que aderi ao meu primeiro e único Partido há 32 anos, não poderia imaginar tantas mudanças. O Brasil que fundou o PT não existe mais. Hoje somos outro País, com democracia, liberdade, avanços econômicos e menos desigualdades. Mas, para chegar até aqui, tivemos que trilhar caminhos bem difíceis, caminhos que os que chegaram depois ou que aderiram faz pouco não têm a dimensão das dificuldades por que passamos. Sofremos humilhações e chacotas, perdemos nossos empregos, fomos perseguidos. Vencer esses obstáculos só foi possível pela força da nossa militância, que nunca teve medo ou preguiça para sair às ruas, seja para pedir voto, vender uma camiseta, um bóton ou defender uma concepção de sociedade.

De 1982 a 1988, fomos um Partido da contraordem, do não, de negativas ao *status quo*, não fomos ao Colégio Eleitoral, não compactuamos com o Plano Cruzado, de Sarney, e de sua enganação da época. De 1988 em diante passamos a ter um papel mais propositivo, pois chegamos a várias Prefeituras; começamos a construir o modo petista de governar, com democracia, participação, inversão de prioridades. De 1994, com a segunda derrota de Lula – a primeira foi em 1989, contra Collor –, até a vitória dele, em 2002, foram anos de nadar contra a maré neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, anos das perplexidades, das dificuldades, das crises. De 2003 em diante, começamos um novo processo no País com a chegada à Presidência da República, não fazendo nenhuma ruptura, como imaginávamos, com nossas

palavras de ordem de 1982: Partido sem Patrão, Fora FMI, Classe contra Classe. Foi a época de implementar a Carta aos Brasileiros, que deu base ao nosso programa vitorioso, ganhando para o nosso lado o empresariado – e a simbologia foi exatamente o Vice-Presidente, José Alencar, um rico empresário.

O Brasil foi mudando e nós também; não abandonamos os nossos sonhos de um mundo igualitário, possível, com inclusão social, sustentabilidade econômica, social e ambiental, mas optamos pelo caminho da união com setores até conservadores, para podermos fazer as mudanças que tanto o Brasil almejava. Não foi um caminho linear: também nos perdemos, pelo menos alguns, pelos caminhos dos desvios éticos, de condutas condenáveis, optamos por cometer os mesmos ilícitos que outros, como o caixa dois de campanha; mas ainda somos o Partido das mudanças, dos sonhos, das esperanças. Queremos continuar sendo isso, e muito mais, principalmente para voltar a reencantar os nossos jovens, como eu me encantei com esse sonho há 32 anos. Estive lá e continuo aqui construindo esta história com meus companheiros de Bancada aqui: o Oliboni, que está deixando a nossa Bancada e indo para Assembleia Legislativa; o engenheiro Carlos Todeschini, o Engenheiro Comassetto, o meu caro Mauro Pinheiro e as minhas colegas, Maria Celeste e Sofia Cavedon. Tivemos três Presidentes homens, aqui nesta Casa, da nossa Bancada, e três mulheres Presidentes. Esse é o PT da equidade de gêneros, esse é o PT que valoriza as cotas, esse é o PT que valoriza a juventude.

Temos aqui, em muitos momentos, divergências, embates duríssimos, tremendamente duros, e às vezes até nos passamos – vamos deixar bem claro –, mas isso é um jeito de ser das pessoas, é o jeito, inclusive, acalorado de quem faz política. E quem de nós não comete uma que outra trapalhada na sua vida. Mas nós somos o Partido dos Trabalhadores, que completou, na sexta-feira, 32 anos. E hoje temos uma bela festa de aniversário. Aqueles que não concordam conosco, pela democracia, pelo respeito, continuem olhando para o Partido dos Trabalhadores! Suas críticas, suas posições, são importantes também para o contraponto. Mas, por favor, ouçam as posições do nosso

Partido. Tenham um olhar para o jeito de ser e fazer do PT, porque um Partido que completa 32 anos, com um terceiro mandato na Presidência da República, dois Governos Estaduais, quatro mandatos em Porto Alegre, eu acho que merece os aplausos no dia de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. NELCIR TESSARO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assistem, venho a esta tribuna em tempo de Liderança do meu Partido, PSD, agradecendo ao Ver. Tarciso Flecha Negra pela cedência do seu tempo, nosso Líder da Bancada.

Venho aqui hoje para cumprimentar o Partido dos Trabalhadores pelos 32 anos de história neste País; cumprimentar o Ver. Aldacir José Oliboni pelos tantos e tantos feitos nesta Câmara de Vereadores pela cidade de Porto Alegre e, com toda certeza, vai fazer muito mais na nossa Assembleia Legislativa. Cumprimento-o como Deputado, desejando que possa fazer pelo nosso Estado aquilo que vinha fazendo por Porto Alegre, porque tudo que se faz aqui em Porto Alegre repercute no Interior do Estado. E nós sabemos que tem tantas e tantas coisas a se fazer, justamente na área em que V. Exa. se dedica tanto, que é a área da Saúde, e a Saúde do nosso Estado precisa de uma atenção melhor. Eu tenho certeza que na Assembleia Legislativa V. Exa. poderá trabalhar muito na Comissão do Meio Ambiente, na Comissão de Saúde, enfim, trabalhar para quem mais precisa, e é isso que temos que fazer.

O PT tem uma grande história neste País, e hoje nós podemos ver o seu resultado, quando estamos acompanhando os feitos e a continuidade do Governo, que está sendo feito pela nossa Presidente Dilma. Nós temos visto as turbulências que ela passou no Governo, tendo que enfrentar mudanças em Ministérios, as quais, eu tenho certeza, pelo seu pulso firme, teve todas as condições de realizar. Tenho certeza que ela tem muito mais a fazer ainda, porque recém estamos nos primeiros 14 meses de Governo, e, como sabemos

que no Brasil o ano começa sempre depois do carnaval, nós esperamos que, a partir do mês de março - este ano é um ano atípico, é um ano eleitoral, em que as liberações de verbas só podem ser feitas para os Municípios até final do mês de junho -, se dê continuidade, senão fica muito complicado, porque nós vamos ficar, durante 90 dias, sem receber verbas federais. Isso é um grande alerta, porque sempre foi dito, em todos os Ministérios, que tendo projeto, teria dinheiro, e os projetos que não estiverem prontos para serem liberadas as verbas... Eu sei que temos emendas parlamentares para o bairro Humaitá, de valores altíssimos, R\$ 8,7 milhões, emendas dos R\$ 20 milhões solicitados para se fazer o entorno do estádio do Grêmio. Eu tive um embate com o Ver. Brasinha esses dias, dizendo que o estádio vai estar pronto no final deste ano, mas não adianta ter um estádio e não ter um entorno para chegar lá. Então, é muito importante que o Executivo dê prioridade aos projetos que têm liberação de verbas do Ministério das Cidades, do Ministério do Turismo, como a Vila Tronco, que necessita, urgentemente, de duplicação; temos a continuidade da Av. Beira-Rio; a AJ Renner, que está, há tantos e tantos anos, aguardando, pois a conclusão do PIEC era para o ano de 2010 e até hoje ainda não ocorreu, e é muito importante para o crescimento do bairro Humaitá; sem contar com as passagens de níveis tanto na Dom Pedro como na Av. Carlos Gomes, que hoje é congestionada - imaginem quando ocorrerem aquelas obras.

Para finalizar, eu quero fazer um grande alerta: o Ver. Bernardino Vendruscolo trouxe este assunto em pauta, que é o problema do prédio existe na Rua Marechal Floriano Peixoto esquina com a Rua Riachuelo. Mas o que eu quero fazer um alerta maior pelo que vimos o que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, para o nosso esqueleto, que está há cinco anos aguardando providências de desapropriação, e a Caixa Econômica Federal tem o compromisso de colocar habitações naquele lugar. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TONI PROENÇA:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, o meu primeiro registro em Comunicação de Líder, do meu Partido Pátria Livre, é uma saudação muito especial ao Ver. Aldacir José Oliboni que, há poucos minutos, teve um gesto de coragem, renunciando ao mandato que lhe conferiu o povo de Porto Alegre para, amanhã, terça-feira, assumir o mandato que lhe confere o povo do Estado do Rio Grande do Sul. Eu lhe disse, particularmente, mas faço questão de dizer publicamente: o que lhe levou a grande votação que lhe conferiu o mandato de Deputado Estadual certamente é a sua trajetória na defesa dos interesses da população de Porto Alegre, os seus direitos, principalmente na Saúde, e o povo da região do Partenon, Lomba do Pinheiro, Agronomia, de onde V. Exa. é oriundo, sem descuidar do resto da Cidade. Espero que o Rio Grande do Sul continue contando, agora, não só com a sua dedicação e o seu trabalho na cidade de Porto Alegre, mas carregando a bagagem, a sua experiência, a sua determinação, a sua vontade de construir um novo País através do seu mandato na Assembleia Legislativa. Tenha muito sucesso e tenho certeza que nós todos, aqui na Câmara, estaremos torcendo para que o seu mandato na Assembleia seja igual e proveitoso para a população, como foi aqui na Câmara de Vereadores.

Em segundo lugar, quero fazer uma homenagem à Bancada do PT, da Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, do Ver. Oliboni, do Ver. Comassetto, do Ver. Adeli Sell, do Ver. Todeschini, da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e do Ver. Mauro Pinheiro, pelos 32 anos do Partido, principalmente aos assessores e membros da Bancada e dos gabinetes do Partido dos Trabalhadores, bem como aos servidores desta Casa que são ligados e filiados ao Partido dos Trabalhadores. Há pouco mais de quatro ou cinco meses, Ver. Haroldo de Souza, eu tomei a decisão de, junto com o Pátria Livre, que acabava de obter o seu registro, construir uma nova alternativa política para buscar as transformações que acredito que o Brasil ainda precisa ter. Fiz isso olhando muito para a história dos outros Partidos, e a história do PT, nesses 32 anos, principalmente da sua militância, levou-me a ter a convicção de que é possível construir um novo mundo a partir da

construção de um Partido. Vocês fizeram isso; muitos de vocês fizeram na primeira hora, outros vieram depois, mas a trajetória do PT é, seguramente, um exemplo para a vida política no Brasil.

Por último, eu quero fazer uma saudação especial à Carolina Alencar, Conselheira Nacional da Juventude, Presidente do Diretório Central da ESADE, e que hoje acompanha os trabalhos nesta Câmara. Seja muito bem-vinda, Carolina. Eu tenho certeza de que a tua militância na Juventude também é uma referência para todas as juventudes de todos os Partidos no Brasil inteiro. Muito obrigado, Presidente. Sucesso ao Oliboni, e parabéns ao Partido dos Trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cedo eu havia decidido falar sobre determinado assunto que buscarei fazê-lo com muita objetividade, mas o desdobramento dos trabalhos aqui na Casa faz com que eu não possa deixar de fazer três pequenas considerações. Primeiro, relativamente ao colega Ver. Aldacir Oliboni, eu preciso dizer ao novo Deputado que seja feliz no investimento novo que irá fazer. Eu bem compreendo algumas dificuldades emocionais dele, porque já vivi essa situação. Quero que se sinta bem lá naquela casa, que tem uma enorme estrutura. Vossa Excelência tem muita capacidade de trabalho e se dará bem lá com toda certeza.

De outra banda, eu quero dizer ao Ver. Idenir Cecchim que eu estou solidário com o projeto que ele levanta. Nós não podemos diminuir esta Câmara de Vereadores. E o Vereador, Presidente Municipal do PT, também foi muito feliz ao colocar sua posição de que nós não podemos ver reduzida a capacidade desta Cidade. Eu até estranho que algumas vezes se levantem agora relativamente ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, cujo processo teve a sua estrutura inicial no Governo do Partido



dos Trabalhadores, passou pelo Governo do José Fogaça, e chegou até nós no Governo Fortunati, ou seja, teve a contribuição de todos os Partidos no seu exame. Fico surpreso nesse particular.

E, por fim, Ver. Tessaro, uma breve colocação: resolva lá o problema do Internacional e deixe que o problema do Grêmio nós resolvemos - e o Ver. Brasinha vai esclarecer isso melhor. Nós sabemos que o Prefeito não pode dar as costas ao grande esforço que fizemos: gastamos R\$ 700 milhões, sem recurso público, para criar condições de tirar um bairro da estagnação. Agora, o problema, V. Exa. sabe disso, está do outro lado, e nós estamos torcendo para que vocês acertem e não nos façam perder também a Copa do Mundo, já que perdemos a Copa das Confederações.

Finalmente, eu tive, nesta semana, vários contatos com os companheiros da ACIR - Associação do Comércio e Indústria da Restinga - que me cobram um posicionamento a respeito dessa matéria publicada no jornal da Restinga, qual seja, da duplicação, que é cobrada pelos comerciantes da Av. Edgar Pires de Castro, que se mobilizam nesse sentido. Eu, evidentemente, não desconheço essa matéria, inclusive sei que, na página central, um colega nosso, o Ver. Comassetto, manifesta-se favoravelmente a essa proposta. Eu já tive ensejo de me manifestar sobre esse assunto e agora o faço de forma mais incisiva. É óbvio que eu sou favorável, mas quero que entendam todas as dificuldades que nós, Vereadores, temos. Ora, nós fomos até acusados de exagerar quando fizemos o Plano Diretor, por entrarmos em seara que não deveríamos entrar. Com muito mais razão, nós ficaríamos com problemas, Ver. Comassetto, se nós quiséssemos assumir a responsabilidade da construção ou não da Av. Edgar Pires de Castro. Nós temos o poder de cobrança, de postular, de mostrar amplamente para a população a transformação que nós adotamos naquele sentido e a conveniência geral de que seja publicada aquela obra. Quanto aos recursos, já havia sido discutido aqui, especialmente com o Ver. Nedel, hoje licenciado - e que o nosso querido Vereador possa, em alguns dias, estar conosco -, sobre a existência ou não de recurso federal que tem essa obra. Lamentavelmente, hoje, obras de maior consistência aqui em Porto Alegre só saem quando se consegue financiamento externo ou financiamento

de agente financeiro do Governo Federal, que estão financiando uma série de obras aqui em Porto Alegre, mas, infelizmente, não está incluída nesse rol a desejada duplicação da Av. Edgar Pires de Castro, fato esse que eu espero, muito cedo, possa ser objeto de algumas confabulações para a viabilização desse projeto. Claro que eu sou absolutamente favorável... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu retorno a esta Casa alguns meses após também já ter assumido o mandato, em função da licença do Ver. Sebastião Melo, e utilizo o tempo de Liderança do meu Partido, o PMDB, gentilmente oportunizado pelo líder da nossa Bancada, o Ver. Idenir Cecchim. Apresentei um Projeto quando estive nesta Casa, em junho de 2010, que cria uma política pública específica e voltada para o segmento jovem, instituindo o Programa do Primeiro Emprego Municipal, e ele já se encontra na Ordem do Dia desde o dia 02 de janeiro de 2012 nesta Casa. E, fruto do entendimento das Bancadas e dos Vereadores, ele deveria ser priorizado para ir à votação no dia de hoje. É importante que se ressalte que esse Projeto obteve parecer favorável de quatro Comissões desta Casa. Na primeira delas, no exame de admissibilidade constitucional, na CCJ, teve parecer favorável relatado pelo Ver. Bernardino Vendruscolo; também teve parecer favorável do Relator, Ver. Aírto Ferronato, na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento; novamente parecer favorável na CUTHAB; e, por último, antes de ingressar na Ordem do Dia, teve novo parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa, relatado pelo meu colega de Partido, Ver. Professor Garcia. E para que se entenda a relevância social da matéria, da população economicamente ativa em Porto Alegre, os jovens entre 16 e 24 anos representam 26,3% da malta de desempregados. Desses jovens que estão na população economicamente ativa, 2/3 utilizam os

seus vencimentos do emprego conquistado para complementar a renda familiar. A previsão mundial e a discussão que se tem, principalmente na Europa e em parcela importante da América Latina, é que todos os governos devem se mobilizar para utilizar 2% do PIB mundial na criação de novas frentes de trabalho, porque o desemprego dos jovens hoje no mundo é três vezes superior ao registrado entre as faixas etárias maiores do que essa que compreende até os 24 anos. Então, sensível a uma solicitação da base do Governo e também do próprio Prefeito Fortunati, nós vamos retirar da priorização, hoje, essa matéria, com o compromisso legitimado aqui também pela presença do Secretário Municipal de Juventude Luisinho Martins que, desde o princípio, se posicionou favorável a esta matéria, e iremos, a partir de um compromisso assumido pelo Prefeito conosco, em 30 dias, em conjunto, analisar e promover os ajustes necessários para que essa matéria volte a ser priorizada pela Câmara Municipal, e que nós possamos enfrentá-la, talvez, sem o exame rigoroso manifestado, tardiamente, pela Secretaria da Fazenda! Ela poderia ter se manifestado anteriormente, e teve tempo para isso, pois a matéria está na Ordem do Dia desde o dia 2 de janeiro, e não se posicionou apenas na sexta-feira! Ela poderia ter construído de outra forma! Mas em razão da competência política do Prefeito Fortunati é que nós estamos adotando essa postura; é pelo Prefeito, e por ele também ser favorável a essa política pública e também por ele acreditar neste Projeto, por ele entender que a criação de novas frentes e concessão de incentivos fiscais públicos às empresas privadas para que os jovens possam acessar o mercado de trabalho é um caminho viável e não será a tecnocracia ou o desconhecimento de processos que adormecem em gavetas de muitos órgãos públicos que um Projeto desses não irá prosperar. Há um compromisso, sim, da Câmara Municipal, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Juventude, com o respaldo político e o compromisso assumido pelo Prefeito Fortunati, de que, em 30 dias, essa matéria voltará à pauta. Será, tenho certeza, priorizada novamente pela Mesa Diretora, pelas Lideranças das Bancadas para que possamos fazer um debate muito importante, que só trará benefícios para a Cidade. O olhar da política é este:

muitas vezes damos um passo para trás para darmos dois para frente. Tenho certeza de que os ajustes irão nessa direção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Ver. Haroldo de Souza, presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; o Ver. Idenir Cecchim chamou a atenção desta Casa para um assunto - que esta Câmara não pode deixar de continuar discutindo - sobre os efeitos que podem causar, em nossa sociedade, o que hoje chamamos de cone da aproximação, as obras que estão ali construídas, os obstáculos que podem estar ali, que nós não tratamos no Plano Diretor. A Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, sabiamente, veio ao microfone de apartes e disse ao Ver. Idenir Cecchim que, na época, o pessoal da Aeronáutica esteve aqui presente, dizendo que essa área precisava receber um tratamento especial no nosso Plano Diretor. Só que não somos nós, Vereadores, que temos o conhecimento necessário para fazermos as modificações, as alterações que precisam ser introduzidas no Plano Diretor. Nós sabemos, Ver. João Dib, que precisamos alterar o Plano Diretor com relação ao cone de aproximação, mas não temos esse conhecimento. Então, o que fazer? A mesma coisa, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste e Ver. João Dib, que nós fizemos em relação às Áreas de Interesse Cultural. Nós pedimos que o Executivo formasse uma Comissão, e esse trabalho está pronto; foi apresentado, no final do ano passado, lá na Comissão de Constituição e Justiça. E agora nós precisamos - e eu aproveito a presença do Presidente Haroldo de Souza - convidar essa Comissão do Executivo para vir aqui apresentar esse Projeto para o conjunto dos Vereadores, para que tomem conhecimento, porque vem para cá um projeto de lei que está sendo elaborado pelo Executivo, a fim de os Vereadores votarem aqui aquilo que é ligado às Áreas de Interesse Cultural.

Ver. Idenir Cecchim, citaram Vossa Excelência em vista da importância do seu pronunciamento, nesta tribuna, tratando do cone de aproximação. Mas, como

nós, Vereadores, não temos a capacidade técnica para sugerirmos alterações, nós temos que fazer novamente um contato com a área do Executivo, para que o Executivo possa também montar uma Comissão, porque é muito importante. Nós não podemos deixar que este assunto fique para depois, porque, afinal de contas, nós precisamos do aeroporto para agora. O aeroporto, Ver. Comassetto, tem que continuar sendo um aeroporto internacional.

A única coisa que não ficou bem no pronunciamento de Vossa Excelência - no resto V. Exa. teve perfeição – é que nós não podemos estar aqui fazendo desafios; nós temos que compor, nós, Câmara de Vereadores, Executivo Municipal, Aeronáutica, para que saia um projeto que possa realmente resolver este problema do cone de aproximação. É um problema grave? Claro que sim, porque cada vez que se constrói um obstáculo, ou cada vez que nós sabemos que existe mais um obstáculo nessa área chamada cone de aproximação, nós sabemos que é um perigo a mais, na aproximação ou na saída de aviões nesta Cidade.

Então, nós precisamos realmente tratar este assunto com a seriedade devida. Precisamos imediatamente solicitar ao Executivo que lá se forme uma Comissão, a fim de que, em contato com as pessoas da Aeronáutica, possa mandar para cá o projeto correto, para fazermos a alteração necessária no Plano Diretor. O Plano Diretor não pode existir - da forma como existe hoje - sem que haja o tratamento especial para esta área ligada ao aeroporto, pois é perigoso construir mais obstáculos nessa área. Então, somente os técnicos do Executivo e somente o pessoal da Aeronáutica podem fazer isso, para depois mandarem esse trabalho para cá. Fica a sugestão para a Moção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores; desde já, Ver. André Carús, V. Exa. pode contar com o meu apoio.

Eu sou favorável ao seu Projeto e sei o quanto é importante o primeiro emprego. Estarei junto com Vossa Excelência, e pode contar com o meu apoio. Ver. Nelcir Tessaro, nós tivemos aquele debate lá no programa do Bibó Nunes, e, realmente, há uma preocupação do nosso quadro, do Conselho do Grêmio, principalmente aqui da Câmara, com a representação do Ver. Reginaldo Pujol e Ver. Luiz Braz e minha, pois também sou Conselheiro do Grêmio. Realmente, nós temos uma preocupação, mas isso é devido a um bairro que estava esquecido, Ver. Cecchim, e que agora recebe esta grande demanda à proporção da Arena, ao tamanho do negócio a que se propõe. Agora já há mais de dois mil funcionários trabalhando lá, mais de dois mil funcionários! Isso se deve ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense pela qualidade, pelo trabalho que proporciona à Cidade. Claro que temos alguns problemas, mas já contamos com a colaboração daqueles Deputados Federais que admiram o Grêmio, que estão fazendo a Emenda para começar ao redor da Arena. A Arena será a mais moderna do mundo, Ver. Bernardino! A mais moderna! Terá mais de 120 camarotes. Mais de 120 camarotes! Uma proporção de mais de 500 milhões, em torno de 600 milhões, na Arena...

Então, eu acho que a preocupação é válida, mas certamente o Município já tomou as suas providências, o Município já buscou verba, que já veio; são R\$ 8,7 milhões, com mais de R\$ 1 milhão de contrapartida - são em torno de R\$ 10 milhões, Ver. Nilo Santos. Claro que não vai dar para fazer tudo, porque custa em torno de 70 milhões! Mas isso já vai ajudar a começar ao redor da Arena do Grêmio. Quem sabe a Arena possa sediar a Copa do Mundo, se as obras do Internacional não ficarem prontas? Eu não acredito que haja alguém aqui no Rio Grande contra isto, caso o coirmão lá não apronte suas obras. Por quê? Eu sei quanto tempo o Grêmio levou, a OAS, para conseguir o financiamento. Levou quase dois anos para conseguir o financiamento. E mais ainda: quanto tempo leva para conseguir mais de mil funcionários? Esse problema a empresa Andrade Gutierrez vai ter, Ver. Pedro Ruas. Imagina, de uma hora para outra, sair atrás de 1.000, 1.500 funcionários! Eu quero crer que o Internacional faça essa demanda também, mas, caso não termine... Claro que nós aqui, Vereadores, tenho certeza absoluta, todo o mundo tem gosto

pela Copa do Mundo, e eu gostaria também de participar, junto com o nosso Presidente Paulo Odone, e oferecer aos gaúchos, aos brasileiros uma Arena de primeiríssima qualidade para nela desfilarem, quem sabe, os melhores atletas do mundo.

Com certeza, Ver. Nelcir Tessaro, este debate é bom, tenho certeza de que V. Exa. também gosta do Grêmio. Gosta, por um detalhe: se não o senhor não falava. Por quê? Realmente o problema acontece, mas podem ter certeza absoluta de que nós, gremistas, nós, Conselheiros, Ver. Luiz Braz, estaremos atentos, e tudo que acontecer, sendo bom para Porto Alegre, sendo bom para o Rio Grande, poderá contar com o nosso apoio, mesmo sendo lá no Internacional. Mesmo sendo no Beira-Rio, eu quero que aconteça a Copa aqui, porque vai deixar um legado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cidadãos de Porto Alegre; quero aproveitar o tempo de Liderança do PDT para exaltar e reconhecer a importância deste Projeto de Lei elaborado pelo meu colega, Vereador e atual Secretário Adjunto da SMAM, André Carús. Parabéns, André, pela iniciativa, pelo protagonismo que visa a instituir o Programa Municipal do Primeiro Emprego. Nós, que conhecemos a dificuldade que a juventude tem hoje para acessar um espaço no mercado de trabalho, de garantir a sua inserção nas empresas, temos convicção de que este Projeto vai ao encontro do anseio da maioria dos jovens de Porto Alegre.

Faz tempo que sentimos a carência de um projeto elaborado com essa consistência, dialogado e com o apoio do nosso Secretário Municipal da Juventude, o Secretário Luizinho, e tenho certeza de que, através de um debate com o Prefeito Fortunati, com a Secretaria da Fazenda, vamos encontrar uma maneira responsável de garantir que esse Projeto tão

importante aconteça e beneficie essa grande parcela da população de Porto Alegre que é a juventude, sem trazer prejuízo para os cofres públicos da Cidade.

O Secretário Adjunto André Carús vem desenvolvendo um grande trabalho, ao lado do Secretário Záchia, na Secretaria do Meio Ambiente; o diálogo e a presença nas comunidades têm sido uma característica dessa dupla André Carús/ Záchia, principalmente no que diz respeito a observar as reuniões que ocorrem no Orçamento Participativo, as reuniões do Fórum Regional do Orçamento Participativo, onde a SMAM sempre tem estado presente, dialogando com os movimentos sociais no sentido de atender às demandas das comunidades de baixa renda. O Prefeito Fortunati está de parabéns por ter ao seu lado o Secretário Záchia, o Secretário André Carús, que, além de desenvolver esse trabalho no Meio Ambiente, tem a iniciativa desse Projeto, visando à melhoria da qualidade de vida dos nossos jovens. Isso vai ao encontro da gestão Fortunati, que visa sempre ao desenvolvimento com justiça social.

Falando desse Projeto que visa à inserção no mercado de trabalho, lembro um projeto de lei de minha autoria sobre a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O meu Projeto está na Ordem do Dia e ele também procura sanar uma carência da sociedade porto-alegrense. É grande a parcela de pessoas com deficiência na nossa Cidade; são, aproximadamente, 15% da população, mais de 350 mil pessoas em Porto Alegre. Por isso tenho um Projeto tramitando que visa a estabelecer um programa que passa pelo cadastramento, pela conscientização, pela preparação, qualificação, inserção e acompanhamento da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

A Lei das Cotas já trouxe um grande avanço, fez com que as empresas, o mercado de trabalho tivesse que se abrir para uma população que sofre um processo de exclusão muito grande. Eu percorri a Superintendência Regional do Trabalho, o nosso Sine estadual, o Sine de Porto Alegre, onde as pessoas, os cidadãos se cadastram, buscando encaminhamento para as empresas; também dialoguei com a Secretaria Municipal da Acessibilidade, com a FADERS, que é a fundação estadual que cuida da inserção das pessoas com



deficiência, e percebi a carência que nós temos em relação a fazer com que as pessoas com deficiência acessem essas cotas. Por isso esse meu Projeto que espero seja aprovado aqui que visa à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; é um programa de extrema importância para atendermos a uma demanda também importante da nossa sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PAULINHO RUBEM BERTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que nos assistem e nos escutam nas suas casas; Ver. André Carús, me preparei muito e li o seu Projeto. O seu Projeto vem ao encontro a tudo aquilo que nós, principalmente eu, que moro na periferia da cidade de Porto Alegre, com muito orgulho, e que acompanho os nossos adolescentes, aos quais, a cada dia, menos oportunidades são passadas, queremos. Por isso fico um pouquinho triste por o senhor tê-lo retirado da priorização, pois ele ajudaria na geração de empregos e, principalmente, de ocupações. No Conjunto Residencial Rubem Berta, por exemplo, onde moro, os adolescentes ficam presos nos apartamentos sem nada para fazer, ociosos. A nossa Cidade luta para oferecer oportunidades, e o senhor estaria trazendo mais uma oportunidade. Mas quero lhe dizer que, no momento em que o seu Projeto voltar à pauta, se este Vereador estiver aqui, estará junto com o senhor.

Também quero alertar que, na quarta-feira, vem a Plenário e à votação um Projeto do Executivo, do Prefeito José Fortunati, que fez uma visita ao Recanto do Sabiá. Para quem não conhece ou não sabe onde fica, o Recanto do Sabiá fica na divisa com Porto Alegre, ao lado do arroio Feijó. Depois de muitos estudos feitos por todas as Secretarias envolvidas e responsáveis por isso, e levando em consideração a preservação do meio ambiente, a equipe do Governo, as Secretarias, elaborou um Projeto para desafetação de parte dessa área, respeitando a lei e respeitando o limite, para que lá permaneçam 1.200

famílias que estavam sem destino, sem ter para onde ir, de que forma fazer, de que forma abrigar seus filhos. O Prefeito José Fortunati mandou um Projeto de Lei, e este Vereador-Relator fez o relato. Na quarta-feira, com a ajuda dos meus colegas Vereadores, eu tenho certeza da sensibilidade de cada um, Ver. Pedro Ruas, nós estaremos garantindo a permanência de 1.200 famílias lá. Não é pouca coisa! São quase dez mil pessoas, entre crianças, adultos e idosos. Eu espero contar com a sua compreensão, a sua sensibilidade, a sensibilidade de cada Vereador para que, o mais rápido possível, passe esse Projeto na quarta-feira, para que possamos iniciar a outra etapa do Projeto, que é buscar recursos federal, estadual e municipal para dar uma condição mais digna a essas famílias, para que elas possam viver melhor, para que lá se possa fazer uma creche, uma Unidade de Saúde, o que hoje não é permitido por força de lei. Mas, com a desafetação, com a regularização daquela área, investimentos poderão ser feitos. As pessoas de lá vão ao OP, trabalham, trabalham no OP, se reúnem, se organizam e não conseguem recursos porque estão em situação ilegal. Quero dizer para vocês o seguinte: espero que todos os Vereadores aqui, sensibilizados por dar condições de vida a 1.200 famílias, votem, na quarta-feira, favoravelmente, a esse Projeto, que é o primeiro a ir à votação. E convido todos os que não conhecem, que não sabem das carências, da miséria que impera lá para que façam uma visita, para contribuir com esse Projeto.

Também quero dizer que amanhã – quero alertar mais uma vez – todos os Vereadores que quiserem participar serão bem-vindos à reunião da CUTHAB para discutir a questão da ocupação da Manoel Elias. Estaremos lá, eu os aguardo, Ver. Nilo Santos, Ver. Brasinha, Ver DJ. Amanhã é uma questão muito importante, a gente vai tentar, de alguma forma, dentro da busca da parceria amigável, encontrar uma solução pacífica para que esses moradores entendam que aquela área não era mais e não é mais pertencente ao Município, que eles não estão ocupando uma área do Município; estão ocupando uma área que pertence aos moradores do Jardim dos Coqueiros, da área de risco de dentro do arroio. Espero que os Vereadores tenham a sensibilidade e também a firmeza de não deixar isso acontecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PEDRO RUAS:** Meu caro Ver. Haroldo de Souza, presidente desta Sessão; Vereadoras, Vereadores; nos últimos dias, a imprensa tem divulgado um tema que eu julgo da maior importância. Há poucos minutos eu falava sobre ele com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, de quem tenho orgulho de ser colega de Bancada, e temos a mesma posição, uma posição partidária que eu gostaria de expor às senhoras e aos senhores, pois teremos desdobramentos dessa posição nos próximos dias. Todos sabem que, um tempo atrás, no ano passado, houve a intenção – até proposta por um Deputado do PDT, Ver. Luciano Marcantônio – de haver uma CPI para as questões vinculadas ao DAER, de irregularidades com graves prejuízos ao Erário estadual. Pois bem, não houve a CPI, e houve uma Comissão Processante.

A Comissão Processante apresentou o seu Relatório final, que está na Assembleia Legislativa, na presidência. Incrivelmente, dos 55 Deputados Estaduais, apenas seis, Ver. Oliboni - que assume uma cadeira nos próximos dias - interessaram-se em olhar o Relatório. Seis, dos 55! E, dos seis que examinaram o Relatório, nenhum quis revelar o seu conteúdo. E não está, Ver. Proença, sob sigilo. Não está sob sigilo! Que situação é essa que nós vivemos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna?

O prejuízo do Erário estadual é da ordem de R\$ 83 milhões. Na época do escândalo do DETRAN - claro que em números daquela época, 2007 - foram R\$ 40 milhões, Ver. Nilo Santos. No DAER, são R\$ 83 milhões.

Então, Ver. Cecchim, dos 55 Deputados Estaduais, seis se dignaram a examinar! Seis! Quarenta e nove Deputados não quiseram nem olhar. Nem olhar! E dos seis que examinaram nenhum quis falar! E não está sob sigilo! E mesmo que estivesse, há imunidade parlamentar, não há risco nenhum. Não é uma prerrogativa dos Deputados, Vereadoras e Vereadores: é uma obrigação! A sociedade tem que saber qual foi o destino dado, em que período, quem são

as pessoas investigadas, o que fizeram? São 12 anos investigados ali. Quais foram as conclusões, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste? A sociedade tem todo o direito de saber!

Nós, Vereadores e Vereadoras, presenciamos um dia desses o Vereador Suplente do PSOL, Dr. Lúcio Barcelos, que dirigiu o Hospital Psiquiátrico São Pedro, fazer alguns registros aqui sobre os motivos da sua saída, e um deles particularmente me chamou a atenção: uma ala do Hospital São Pedro, cujo custo de manutenção e reforma seria de R\$ 260 mil, por não existir, faz com que ocorram dois óbitos por mês, por causa de doenças respiratórias. E não há verbas: R\$ 260 mil, lá no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Pois aqui o prejuízo do DAER é de R\$ 83 bilhões, segundo o próprio Relatório. Há pardais instalados onde não precisaria e não instalados onde precisaria; asfalto de cinco milímetros em que o contratado seria de dez centímetros. Escândalos, escândalos! E os Deputados se omitem.

Tomamos providência, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna; pedi ao Presidente Alexandre Postal uma audiência para que nos receba como Direção do PSOL. Eu sou Presidente Estadual do PSOL, pedi essa audiência, e o que ocorrer lá nós certamente relataremos à sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** (16h30min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Conforme acordado hoje pela manhã, em reunião de Mesa e Lideranças, nós tínhamos dois Projetos para a Ordem do Dia. Porém, a pedido do Ver. André Carús, foi retirado da priorização o PLCL nº 021/10, de autoria do Vereador citado. Resta-nos, então, o PLCL nº 012/09, de autoria do Ver. Luiz Braz.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, V. Exa. lê a relação da Ordem do Dia, e eu estranho, porque, no documento anterior que circulou, constava a

votação de um Requerimento, de nossa autoria, de homenagem ao Rotary Club Internacional, previsto para o dia 25 ou 26 do corrente - a data eu não preciso com exatidão, mas consta no Requerimento, e estava estabelecido, conversando, inclusive, com a Diretoria Legislativa, que se votaria hoje, até porque tem que fazer os convites, etc. Então, eu quero que V. Exa. supra esse pequeno lapso que ocorreu e anuncie que ele também será votado no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Ver. Reginaldo Pujol, informo-lhe, com o apoio da Diretoria Legislativa, que o Requerimento a que o senhor se refere está na Ordem do Dia para quarta-feira, por força dos acordos e do Regimento. Mas, se houver a requisição, ele pode ser antecipado para hoje.

**O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento):** Obrigado. Eu requeiro que seja antecipado para hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Então, será o segundo ponto na Ordem do Dia.

Em discussão o PLCL nº 012/09. (Pausa.)

O Ver. Luiz Braz está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este Projeto deu entrada na Casa no ano de 2009, e o objetivo é fazer com que as guaritas de segurança espalhadas por toda a nossa Cidade, e que muitas vezes não cumprem a sua função de dar segurança para aqueles que estão na região, possam, de alguma forma, Ver. Elói Guimarães, através de um simples convênio, que seria firmado entre o Município e os órgãos de segurança do Estado, fazer com que ela tenha uma atividade, que eu acredito que seja exponencial. Nós fizemos, primeiramente, uma consulta aos membros da

Brigada Militar para saber quantas vezes eles saem para atender ocorrências, Ver. Waldir Canal, que não tenham nenhum tipo de cabimento. Ora, se eu tenho guaritas praticamente em toda a Cidade, eu posso, através de um simples convênio, colocando um intercomunicador entre essa guarita e os órgãos de segurança, informar tudo aquilo que está acontecendo nas diversas regiões da Cidade, sem que haja nenhum tipo de esforço maior. A única coisa que será necessária é que, quando for liberada a colocação de uma guarita em uma das calçadas da Cidade, para sua colocação, o Município tenha essa exigência: primeiro se firma um convênio com os órgãos de segurança e se exige que haja ali um intercomunicador – pode ser um telefone, pode ser qualquer tipo de intercomunicador, mas que possa fazer com que os setores de segurança possam ser informados a respeito de qualquer tipo de movimento estranho que esteja acontecendo em qualquer região da Cidade. Acho que, ao aprovar este Projeto de Lei aqui nesta Casa, nós estaremos melhorando, e muito, o sistema de segurança que nós temos em toda a Cidade; melhorando muito a segurança com que a Brigada pode sair para atender ocorrências nas diversas regiões também de Porto Alegre. E por isso nós acreditamos que este Projeto de Lei contribua exatamente em uma das áreas hoje cruciais para a nossa sociedade: a Segurança pública. Essas guaritas que hoje estão soltas em nossa Cidade e não oferecem praticamente nenhum tipo de trabalho especial nessa área de Segurança, porque fica, às vezes, um cidadão sozinho, sem nenhum tipo de preparo naquela guarita e sem que ele possa oferecer qualquer resistência a algum meliante que esteja querendo praticar algum crime naquela região. Então, com o dispositivo onde ele possa entrar em contato com a Brigada Militar, e se houver já esse convênio por parte do Município com os órgãos de Segurança, nós poderemos, imediatamente, ter uma ação mais prática tanto da Brigada Militar e da Polícia Civil quanto daqueles órgãos que estão ligados ao esquema de Segurança no Estado e em Porto Alegre. Por isso, eu acredito que a colocação desse Projeto venha realmente a trazer benefícios na área de Segurança pública e peço que meus Pares me ajudem a aprovar esse Projeto, porque acho que nós estamos fazendo um acréscimo nessa área, pelo menos aqui na nossa Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a nossa Bancada até já deveria ter interrompido antes para podermos fazer um debate melhor. Creio que linha de comunicação direta de comunicação com a Brigada Militar todos os cidadãos têm, através do 190, e são atendidos imediatamente. Então, talvez nós devêssemos entender melhor o que seria diferente disso, Ver. Luiz Braz. Porque, nesse tema de segurança, é verdade que as guaritas individuais, privadas, elas poderão ser um instrumento importante de informação, e precisam do suporte da Brigada, assim como todo cidadão que chega, por exemplo, num prédio que não tem guarita e é calçado ali, na porta do seu prédio. Então, eu não entendo se teria algum outro tipo de comunicação diferenciado do que o 190, porque ele é eficiente. Quanto mais conscientizarmos a população de que não use o 190 para trote, de que não use para questões que não são apropriadas, esse é um poderoso instrumento que mobiliza a Segurança pública, com respostas importantes, com ações de sucesso. Nessa semana que passou, nós assistimos, ouvimos e acompanhamos a questão do roubo com sequestro de um banco na Av. Érico Veríssimo, e foi através do 190, foi uma ligação ao 190, e a Brigada Militar chegou a tempo, com a sua tecnologia, com seu cuidado. Eu pude ouvir no carro, nos momentos em que os que relatavam o jogo do Inter permitiram - porque faziam o André Machado falar rápido para seguir o jogo do Inter -, mas eu continuava interessada em saber como o caso se deslindaria. E a nossa Brigada, atendendo o 190, teve uma ação de muito sucesso. Por um lado, eu acho que toda a relação com a comunidade, a segurança no informante, ela é muito importante para a ação dos órgãos de Segurança. Só queria entender melhor que outro canal privilegiado seria esse.

Eu quero lembrar V. Exas. de que Porto Alegre está vivendo um momento privilegiado sobre o qual nós devemos nos debruçar, ao qual devemos tentar

contribuir, enquanto Vereadores, à guisa do encaminhamento deste tema: os Territórios da Paz, para os quais o Governo do Estado faz um movimento para instalar na Restinga, na Lomba do Pinheiro, no Rubem Berta e na Bom Jesus, com efetivo policial maior do que o regular, com horas extras, com uma atuação intensiva e com uma integração de outras ações é bem verdade que de uma forma um pouco mais lenta, porque integrar ações de cidadania, de prevenção sempre é um pouquinho mais complicado. Mas o Governo do Estado do Rio Grande do Sul anuncia 150 escolas, só em Porto Alegre, com mais educação, que é a extensão do tempo do aluno com oficinas, com atendimento na escola, e a prioridade é trabalhar esses Territórios da Paz. Assim como há a preocupação, o Secretário Airton Michel já colocou, nos comitês de prevenção, que nós temos que fazer a cobertura do zero aos seis anos, da Educação Infantil, e enfrentar a falta de vagas e a evasão, principalmente da juventude de 15 a 17 anos, que são ações mais complexas, como a evasão da escola.

Mas acho que é muito importante que esta Cidade esteja vivendo a sua primeira experiência com os Territórios da Paz, e ela precisa, Secretário André Carús, de uma ação mais protagonista da Prefeitura Municipal, porque, se derem certo nessas quatro Regiões - tem um investimento importante na Segurança -, nós poderemos ter um conhecimento importante para enfrentar a violência no conjunto da Cidade. Então, Ver. Braz, nós gostaríamos de ouvir mais para poder contribuir com o seu Projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quando o Ver. Braz veio à tribuna para encaminhar a votação, eu comentei que, estrategicamente, ele não estava agindo corretamente. Seguramente ia ser aprovada a proposição, mas o Vereador buscou dar um esclarecimento, até em uma postura absolutamente elegante junto aos colegas



de explicar o que estava sendo votado. Acho que toda a elegância do Ver. Braz não foi suficiente, me parece que a Ver. Sofia não entendeu coisa nenhuma do que está escrito no Projeto e o que foi explicado. Se tivesse lido a Exposição de Motivos, não ousaria fazer as confusões que fez, de forma nenhuma. Não tem nada a ver com Território da Paz, não tem nada a ver com essa atividade midiática que vem a partir do Ministério da Justiça, que fazem muita notícia no jornal e não combatem a criminalidade, porque é o Exército entrando com tanque nas favelas do Rio de Janeiro, é toda essa parafernália, e, no fim, o resultado é pífio, nulo.

O Ver. Luiz Braz, inteligentemente, quer qualificar um serviço que hoje está sendo feito e confessa, na sua Exposição de Motivos, que a sua primeira motivação foi o assassinato de um vigia dentro de uma guarita, ocorrido em 2009 - as pessoas esquecem. O que pretende o Vereador? Integrar o que já existe, Ver. Tessaro. Todos nós conhecemos em várias áreas de Porto Alegre - e não é na Vila Restinga, não é na Bom Jesus, não é na zona periférica, são em áreas de maior poder aquisitivo - as guaritas. Ele quer integrar esse trabalho de segurança privada com o trabalho coletivo, com a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com as Delegacias de Polícia, com a Brigada Militar, que seriam, quando necessário, acionadas imediatamente quando de uma perturbação qualquer na região onde está instalada a guarita. Por isso, Ver. Braz, malgrado a sua elegância, eu acho que é necessário que se coloque exatamente com os seus objetivos, aliás muito bem externados, com objetividade, na peça inicial, quando diz: (Lê) “Nossa proposta visa a obrigar as comunidades interessadas a providenciarem, junto aos órgãos responsáveis pela segurança pública em nosso Município, uma linha direta e imediata de comunicação para relatar, de maneira instantânea, fatos ocorridos na área de atuação da guarita. Ou seja, ganha a população, que ficará mais segura; ganha o vigia, que ficará exposto ao evento na sua área de atuação, mas com comunicação imediata com o órgão responsável pela segurança pública; e ganha o órgão de segurança pública, que terá no vigia uma espécie de informante de todo o fato criminoso ocorrido.”

Belíssimo Projeto, Vereador! Quando eu relatei, na Comissão de Constituição e Justiça, e ofereci um parecer favorável, não entrei no mérito, até mesmo porque não cabia à nossa Comissão assim proceder. Mas agora, na votação, quando algumas dúvidas são suscitadas, eu me sinto no dever de vir à tribuna para enaltecer o seu Projeto e dizer que o que eu pressentia que pudesse acontecer - e que agora fico temeroso porque não acontece - é o mínimo que eu poderia desejar com relação a ele. Isto é, uma aprovação unânime, de quem compreendeu a extensão e a qualidade do seu Projeto. E eu quero vê-lo aprovado na unanimidade. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. José Ismael Heinen está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**O SR. ISMAEL HEINEN:** Exmo. Sr. Presidente; colegas Vereadoras e Vereadores, quero primeiramente me congratular por poder estar nesta Casa novamente compartilhando com os Srs. Vereadores das responsabilidades legislativas da nossa comunidade.

Meu querido Ver. Luiz Braz, como notícia primeira que tive hoje, ao adentrar em nosso expediente, li o seu Projeto, neste íterim em que estou na suplência, caminhei muito nesta Cidade e constatei muito essas guaritas a que V. Exa. se refere no Projeto. Realmente, há bairros organizados. Visitei bairros em que havia uma guarita, uma pessoa e onde não se vê mais nada. Agora, tudo que venha a favorecer a segurança é digno do nosso apoio, e devemos fazer de tudo para melhorar essa segurança que está tão ruim para os brasileiros na atualidade. Mas eu vejo coisas e tento entender como poderiam funcionar, e como diz o Projeto: com um convênio do Poder Executivo com um órgão de Segurança Pública do Estado. Vejo também uma linha de comunicação direta e imediata com os órgãos de Segurança. Maravilha, se conseguíssemos, Ver. Braz, chegar a essa decisão final, e que isso pudesse realmente se materializar e funcionar, mesmo que a iniciativa privada tenha que arcar novamente com um pouco mais daquilo que ela já paga com os seus

pesados impostos em troca de um pouco de segurança. Novamente vem uma alternativa de melhorar a segurança através da iniciativa privada, que também é um ponto a ser levado futuramente nesse seu Projeto, que é essa particularidade daquele “senhor da guarita”. É uma instituição privada, é um agente autônomo, se assim está registrado. Agora, tem gente, com certeza, que não é autônoma, não é nada, é um voluntário que está ali para cuidar das casas da vizinhança em troca de um trocado. Até isso eu tive a oportunidade de vislumbrar na minha caminhada pelos bairros de Porto Alegre.

Eu me congratulo por esse problema ter vindo à tona na Câmara. É um problema que temos na nossa Cidade. Também somos responsáveis, como aqui foi colocado, por aquilo que pode acontecer com aquele indivíduo que está lá sozinho, talvez sem comunicação com ninguém, a responder pela própria vida e pela segurança dos cidadãos pelos quais estaria a zelar. Sem sombra de dúvida, isso só acontece num País, numa Cidade onde a Segurança pública realmente não está em primeiro plano; primeiro plano se torna, de repente, com ajuda da iniciativa privada novamente. Claro, se for necessário para regulamentar esse serviço que já existe, eu acredito que, de minha parte e de parte de meu nobre Líder, que me autorizou a encaminhar pelo PP, podemos mexer, aprovar e aprimorar isso com o tempo. É notável o Projeto. Tudo que venha fortalecer, garantir uma segurança a mais para o indivíduo tem que ter o nosso apoio. E tens o nosso apoio nesse sentido, qual seja, de olharmos com mais carinho, talvez, e aprofundarmos mais, principalmente a parte técnica, essa comunicação instantânea, junto com a Segurança pública, para ver de que maneira poderia ser feita. Se isso for conseguido, ótimo, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**O SR. ELÓI GUIMARÃES:** Ver. Todeschini, presidindo os trabalhos; o presente Projeto, de autoria do Ver. Luiz Braz, é um esforço diante do quadro que vive a sociedade brasileira no que diz respeito à delinquência. Eu penso

que a segurança privada tem tido papel importante na segurança, um papel evidentemente coadjuvante, auxiliar. Temos observado essa segurança eletrônica, empresas com bons equipamentos, e isso tem ajudado significativamente a conter a delinquência. As guaritas, Ver. Luiz Braz, são uma realidade, elas estão aí no conjunto da Cidade. Evidentemente, estabelecer com os órgãos de segurança - Brigada e Polícia Civil - é algo extremamente inquestionável, porque isso vem facilitar àqueles que ali estão, muitas vezes, em condições precárias do ponto de vista da segurança. Ou seja, é extremamente importante. Acho que é um Projeto bom, um Projeto que nós, evidentemente, devemos aprovar.

Mas eu sugiro aqui, posteriormente, uma alteração na redação, Ver. Luiz Braz, da expressão “obrigando as guaritas” para “disponibilizando às guaritas”.

Então, fica, aqui, a nossa manifestação, o encaminhamento favorável, por todos os títulos e fatores, porque, efetivamente, é uma maneira de aumentar o cerco sobre a delinquência, que vem, infelizmente, crescendo numa constante, infelicitando e criando para a sociedade toda ordem de danos irrecuperáveis.

Portanto, tudo que for possível fazer - e esse é o esforço, ao se criar uma rede auxiliar à finalidade que é, exatamente, o dever do Estado, pois a segurança é dever do Estado e é um direito do cidadão -, tudo que se puder acostar no sentido de diminuir, ou combater a delinquência é muito bem-vindo.

Então, a nossa manifestação, a manifestação da nossa Bancada, ao Projeto de Vossa Excelência, evidentemente, é favorável, e que se possa continuar trabalhando nessas questões, dado o fato das guaritas não estarem bem regulamentadas, embora, para se colocar uma guarita numa área, haja a necessidade de autorização. Mas que se comece a avançar no sentido de instrumentalizar melhor aquela sentinela que ali está, com as suas precariedades, pois é extremamente positivo.

Quanto mais segurança estendermos à população, mais feliz será a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09, pela oposição.

**O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; prezado Ver. Luiz Braz, autor deste Projeto, colegas Vereadores e colegas Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, o Projeto do Ver. Luiz Braz apresenta o mérito de trazer à discussão o tema da segurança. Mas eu acredito que ele tem vários outros pontos que não estão solucionados sob o ponto de vista do entendimento de um projeto de lei e que traga, na sua essência, uma conclusão propositiva. E eu quero trazer aqui algumas preocupações. A primeira preocupação são as guaritas colocadas pela Cidade, que, na sua grande maioria, acolhem a segurança privada e estão nos espaços públicos. Eu perguntei, há pouco, a vários colegas - não cheguei a conversar com o senhor, Ver. Luiz Braz -, se essas guaritas estavam regulamentadas sob o ponto de vista da urbanidade. Disseram-me que não. Bom, se a informação está conclusa ou não, o momento, no debate, é este. Então, se essas guaritas estão colocadas nas vias públicas, primeiro, elas não deveriam fazer parte do equipamento e não deveriam estar inseridas no contexto do mobiliário urbano da Cidade? Acho que este é o primeiro tema que nós temos que analisar sob o ponto de vista da urbanidade e até levar à frente. Segundo, a segurança privada é uma iniciativa das comunidades? É uma iniciativa de muitas comunidades.

Agora, nós temos hoje dois projetos governamentais que foram trazidos com o tema da Segurança. Nós temos o Pronasci, que é um programa do Governo Federal, que trata de toda uma política relacionada à segurança e ao envolvimento comunitário. E agora temos, do Governo do Estado, o Programa Estadual de Segurança Social, e, aqui em Porto Alegre, nós temos o Conselho Municipal de Segurança, com os Fóruns Regionais de Segurança. Esse tema, pelo que sei, não foi debatido com as comunidades dentro dos Fóruns Municipais de Segurança.

Então eu levanto esses questionamentos para que, antes de votar, possamos esclarecer esses pontos e dizer que nós todos queremos segurança, mas não podemos confundir o papel do Estado com as iniciativas individuais e iniciativas privadas. E a segurança privada, inserida no seio dos espaços públicos, é uma confusão para mim, Vereadores e Vereadoras, não resolvida ainda, e precisamos ter esse tema com clareza.

Por último, é salutar que haja uma central de controle? É salutar. Então, esse caminho, Ver. Luiz Braz, de ter essa contribuição, que é uma contribuição comunitária e privada, até chegar ao controle do espaço público, tem um vácuo dentro dessa regulamentação e da legislação. Neste momento, discutindo com os colegas Vereadores, pelo menos do bloco de oposição, nós temos uma dificuldade de ter um voto conclusivo e definitivo sobre esse tema. Como está na Ordem do Dia e já está nos encaminhamentos, eu creio que não dá para protelar aqui a votação, mas o ideal seria que nós pudéssemos protelá-la para que esses pontos que temos dúvidas pudessem ser esclarecidos. Queremos segurança? Queremos, mas nós queremos que o Estado assuma a segurança e não seja substituído pela iniciativa privada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Luiz Braz está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09, como autor do Projeto.

**O SR. LUIZ BRAZ:** Ver. Carlos Todeschini, presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Carlos Comassetto, a obrigação de todos nós, Vereadores, quando vamos encaminhar um Projeto ou quando vamos discuti-lo, é ler o Projeto. Se não lermos o Projeto e viermos à tribuna, vamos falar um monte de bobagens e vamos orientar mal as pessoas que precisam votar a favor da população de Porto Alegre! Não estou pedindo que ninguém aprove ou desaprove, vote contra ou a favor; peço que, por favor, leiam para vir aqui. O Ver. Carlos Comassetto não leu, veio à tribuna e disse, por exemplo, que a colocação das guaritas nas ruas da Cidade não está regulamentada, não tem em lugar nenhum. Ora, meu Deus do céu, eu coloquei dentro do Processo

a Lei Complementar n.º 219, que trata exatamente disto: da colocação das guaritas nos passeios públicos. É só ler! Não pode vir aqui e dar uma informação totalmente equivocada. E vai encaminhar a votação do Projeto, ah, não! Não, pelo amor de Deus, vote contra, mas não encaminhe, para não fazer feio.

O cara que é eleito para ser Vereador de Porto Alegre tem muita responsabilidade, e a principal responsabilidade que cada um de nós tem é informar bem a população! Acho que todos nós temos o direito de votar contra ou a favor, porque ninguém manda no nosso voto a não ser nós mesmos e aqueles que nós representamos, mas acho que temos a obrigação de votar favoravelmente àquilo que acreditamos ser bom para a Cidade. Como é que eu vou dizer que não conheço uma legislação que está no Processo? Se eu não tivesse colocado a Lei Complementar n.º 219 no Processo, estava bem que alguém viesse aqui e dissesse “eu desconheço, eu não sei”, mas é só abrir o Processo e ler! Agora, vir aqui e falar coisas que não conhece desinforma a Cidade, desinforma os Vereadores, faz com que os Vereadores votem de maneira equivocada, errada. Porque, imaginem se alguém acreditar naquilo que o Comassetto falou aqui nesta tribuna, que vai votar de acordo com as suas informações, que são desinformações! Então, é claro, se o Ver. Comassetto tem má vontade e não quer votar a favor de um Projeto, porque o autor é este Vereador, tudo bem, ele tem todo direito, porque afinal de contas ele se elegeu não foi para aprovar os projetos dele ou de quem quer que seja; agora, que ele não leia processos... Ah, não, aí é demais!

Não podia vir aqui à tribuna sem antes ler o processo para poder fazer encaminhamentos. Quem acredita em fala de pessoas que vêm aqui só por vir? Ocupa espaço na Câmara Municipal desinformando pessoas! Quando apresentei este Projeto de Lei, apresentei para que pudéssemos discutir uma área, que é também da nossa competência, que é uma área da Segurança pública. E apresentei este Projeto, porque acho que as guaritas que já estão espalhadas pela Cidade, reguladas pela Lei Complementar nº 219, podem, sim, bem servir para melhorar a segurança das regiões. Claro que sim, e, por isso apresentei o Projeto aos Vereadores, e não vou brigar com nenhum que

votar contra o meu Projeto, porque isso não cabe; mas cabe, sim, sempre fazermos uma discussão honesta das coisas que são apresentadas. O que me irrita sempre é a desonestidade! Desonestidade não cabe entre os senhores Parlamentares! Desonestidade não cabe entre os atributos de pessoas que vêm para cá. Quem vem aqui representar a sociedade não pode ser desonesto. E quem não é desonesto vem a esta tribuna discutir assuntos que conhece. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 012/09.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu entendo bem o Projeto, Ver. Luiz Braz, e quero dizer mais: acho que nós temos tantos telefones instalados só para fazer de conta, para empresas de publicidade usarem isso nas vias, Av. Carlos Gomes e adjacências, que o seu Projeto, na realidade, até corrige um pouquinho isso. Pode fazer uma conversa com as empresas de telefonia, dizendo: “Olha, aquelas obrigações que vocês têm e quase nunca cumprem de instalar telefones onde é necessário, que se instalem nessas.” Se a comunidade diz: “Olha, essa guarita me dá segurança, sim, senhor!” Então, que a telefônica instale um telefone lá. É obrigação das concessionárias fazer isso. Eu acho que é interessante, o seu Projeto é muito bom. E nós devemos fazer que a empresa – é quase uma só que está fazendo telefonia nessas cabines –, ou as empresas de comunicações se comprometam, quando a comunidade pede, dizendo que determinada cabine ou guarita é importante para a rua, para o bairro...

Ao mesmo tempo, dá para ver quais são as guaritas que são legais, tem muitas que até estão lá meio na marra! Eu acho que seu Projeto até ajuda a descobrir quem é picareta nessa brincadeira, ou nessa coisa séria. Segurança é coisa séria, mas muitos levam assim de roldão.



Acho que instalar um telefone onde a comunidade pede legitima e facilita a vida da comunidade, e também evita que os clandestinos se instalem onde eles querem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** Em votação nominal, solicitada por vários Vereadores, o PLCL nº 012/09. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação o Requerimento nº 004/12, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Está encerrada a Ordem do Dia. (17h17min)

Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu chamo a atenção para mais uma desapropriação de imóvel do DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos. Não pude, de fato, ver o tamanho, olhar o Projeto, porque está entrando em pauta, mas é no Loteamento Hípica Boulevard. E por que chamo a atenção? Porque nós aprovamos, no final do ano passado, a autorização para alienação de vários imóveis do DMAE, e, esses dias, eu fui questionada por um cidadão a respeito de uma área junto ao DMAE, na Av. Princesa Isabel, uma área grande, o DEMHAB esteve instalado lá antes de vir para a Av. Diário de Notícias, onde hoje tem uma construtora levantando edifícios. Eu, de fato,

agora vou fazer a pesquisa e solicitar ao Governo que nos informe. Possivelmente era uma área pública que foi alienada, que nós autorizamos, enquanto Câmara, e uma área importante. E há questionamentos dos cidadãos hoje sobre isso, porque virou uma área para especulação, para empreendimento imobiliário que eu acredito deve ter tido um importante, um bom retorno para o público. Não sei se o Ver. Dib conhece esta área, porque eu ainda não tenho informações sobre ela. É a Construtora Melnick que está construindo ali junto ao DMAE da Av. Princesa Isabel. Eu não tenho informações sobre qual foi a negociação, e se, de fato, aquele terreno era nosso, mas ali funcionava o DEMHAB. Acho que talvez o Governo Municipal possa fazer uma análise das enormes demandas que nós temos da sociedade por área pública. Instituições como, por exemplo, a Agapan. Claro que este terreno é muito longe, não vai a Agapan se instalar no Loteamento Hípica, porque ela precisa estar aqui, mais no Centro. Mas a Agapan está numa nesga de terra, é um absurdo a Agapan ser tratada assim. É uma nesga! Foi derrubada a sede dela não por ser pequena, mas foi a nesga cedida pelo Município. Será que não havia uma área um pouco mais adequada, melhor, para uma instituição histórica como a Agapan fazer o seu trabalho ambiental, o seu trabalho de conscientização? Nós contamos aqui com o nosso Secretário Adjunto da SMAM, e fica aqui, inclusive, a minha sugestão: quando nós olhamos o Projeto da desafetação das áreas do DMAE, eu pensei muito na Agapan. Cheguei a sugerir à Direção da Agapan alguns terrenos, um deles perto do bar do Ricardo - aqui, logo depois dos cemitérios -, que era uma boa área do DMAE, mas a Direção da Agapan entendeu que sai do seu eixo de intervenção, de visibilidade.

Então, eu levanto este tema porque acho que o Município deve estar atento a essas demandas sociais importantes; não precisam dar em definitivo o terreno, mas tenho certeza de que essa alienação que o DMAE faz não resolve o seu problema financeiro.

**O Sr. João Antonio Dib:** V. Exa. permite um aparte?

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Eu quero falar um pouco sobre o DMAE, mas escuto V. Exa., Ver. João Antonio Dib.

**O Sr. João Antonio Dib:** Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, aprecio o esforço de V. Exa. em analisar os Processos que aqui chegam. Essa área, segundo a informação que nós temos aqui no Processo, é destinada a uma escola. Porém, o Município construiu a escola em outra área na mesma Zona, na mesma Região, então ficou inócua. E o DMAE tem que fazer uma sede...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**O Sr. João Antonio Dib:** Já fez? O Ver. Cecchim me informa que já fez.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Está regularizando.

**O Sr. João Antonio Dib:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, eu peço desculpas a V. Exa., porque V. Exa. colocou uma dúvida, e eu tentei equacionar aqui, mas eu não cheguei...

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Está bem, Vereador.

**O Sr. João Antonio Dib:** Ela será utilizada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos e está sem uso agora, mas tem destinação especial.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ah, então, é uma área advinda da Educação, seria destinada a uma escola. Esse, então, é o processo inverso, mas eu questionava V. Exa. não sobre esse - eu dizia que não tinha visto e não sabia do que se tratava -, mas sobre o da Av. Princesa Isabel, que farei formalmente ao Governo Municipal, é uma outra situação.

Eu quero aqui, no último minuto, falar um pouco sobre o DMAE. Levei ao Secretário Presser, tanto no meio do ano quanto ao final do ano, o levantamento, dentre as 55 visitas à comunidade, do Câmara na Comunidade - que eu espero que esta Câmara retome, institucionalmente, com a nova

direção, quando o Presidente Zacher puder assumir efetivamente, porque eu acho que o Câmara na Comunidade nos dá uma capacidade muito grande de intervenção. Nesse Câmara na Comunidade, vinte e tantos deles têm problemas de abastecimento de água. Então, a água chegar por mangueiras não é uma realidade distante de Porto Alegre; pelo contrário, nós temos muitas comunidades inclusive bebendo água cujas mangueiras correm na mesma valeta onde corre o esgoto, como é o caso da Pedreira, aqui no Partenon.

Nós temos muitas situações em que precisamos da intervenção do DMAE. O DMAE sempre foi um órgão superavitário e responsável pelo maior índice de investimento da Prefeitura.

Então, eu acho que é muito importante que este tema volte a esta Câmara - e o Ver. Dib conhece bem - com uma informação completa da capacidade do DMAE de expansão de rede, de atendimento e de água.

Há muitas comunidades que estão bebendo água contaminada: juntam à noite para poder utilizar durante o dia.

Até sugiro que a COSMAM chame o DMAE. Não tenho retorno de que tivesse acontecido a intervenção do DMAE para a substituição das mangueiras, porque a minha sensação é de que o DMAE perdeu a capacidade que tinha de investimento. E a gente sempre se orgulhou do grande índice de fornecimento de água na cidade de Porto Alegre. É um bem essencial, e o DMAE é preciosíssimo para nós. Acho que a gente teria que tomar conhecimento do que exatamente acontece com o nosso Departamento Municipal de Água e Esgotos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho dois Projetos de minha autoria que começam a ser discutidos no dia de hoje em discussão preliminar, ingressos na Pauta. O primeiro deles é o Projeto que revoga a Lei nº 11.104, de 28 de julho de 2011,

e denomina a Rua José da Maia Martins o logradouro público cadastrado conhecido como Travessa José Bonifácio, localizado no bairro Mário Quintana. Ocorre, Sr. Presidente, que esta denominação que estamos propondo foi antecedida de alguns debates que eu tive, especialmente com o Ver. Nedel, que foi o autor dessa Lei anteriormente. Como não logramos êxito e como a manifestação da comunidade é muito forte, nós juntamos inúmeros documentos, mais precisamente 50 documentos, nos quais a inconformidade é demonstrada com a nova denominação dada para esta rua, através de um abaixo-assinado que sete pessoas haviam assinado em contrariedade a manifestações de duas centenas de moradores da rua em que todos se manifestaram contrários a essa denominação, o que contraria o direito consuetudinário que já estava inserido, inclusive, na própria regulação do Município e nos tabelionatos da Cidade, que já vinham fazendo a escritura com o nome que, consuetudinariamente, tinha sido dado àquela Região.

Quero dizer que lamento que o Ver. Nedel não esteja presente; ele teve um pequeno problema de saúde que o fez permanecer alguns dias ausente aqui da Casa e está sendo substituído pelo Ver. Ismael Heinen. E eu vou ficar comprometido a posteriormente discutir mais amplamente este Projeto, já com a presença do Ver. Nedel, porque eu acho que seria até sem ética eu fazê-lo nessa circunstância. Não pretendo fazê-lo.

Por outro lado, eu estou em minhas mãos com outro Projeto, o que denomina Rua Dr. Cláudio Walter Ferreira da Silva um logradouro público cadastrado conhecido como Rua 6.451, no loteamento Caminho do Sol, localizado no bairro Guarujá. Esse cidadão que nós estamos tentando homenagear foi um homem de vida exemplar. Teve uma infância muito dificultada, mas se impôs às dificuldades, superou-as, constituiu família, ficou como um profissional dos mais qualificados, escreveu obras, livros, e sobretudo ensejou grandes exemplos para a comunidade. Seus filhos têm muito orgulho dele, e também seus colegas de trabalho; especialmente os administradores de imóveis têm nele uma referência muito grande. Se falo neste momento, não é mais para evidenciar as qualidades do meu homenageado, é para acentuar algo que temos que olhar muito de perto, Vereadora-Presidente, que são as dificuldades

que a gente tem de encaminhar um projeto dentro dessa ordem, porque as informações cadastrais da Secretaria do Planejamento do Município estão atrasadas seis meses. A divulgação data de junho deste ano, e, quando elas vêm, muitas vezes já estão superadas. Então, isso faz com que, não raro, a gente apresente alguns projetos que têm esse tipo de dificuldade. Por isso estou fazendo esse registro prévio.

A matéria está bem esclarecida, bem instruída, e tenho absoluta certeza de que será bem acolhida pelos nossos colegas Vereadores. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CARLOS TODESCHINI:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, minha saudação e meu abraço a ti e a todos que estão nos acompanhando. Eu vim discutir o pedido de autorização para alienação ao DMAE de imóvel para o DMAE, onde está a proposta da construção da Unidade Operacional Descentralizada Sul. Quero dizer que o DMAE já tem a Unidade Operacional Descentralizada Leste. Foi feito o gasto de muito dinheiro e nunca funcionou, porque foi feita pela cúpula, não consultaram os funcionários para fazer. Possivelmente seja a mesma coisa, um equívoco, quero dizer desde já, porque não foram levadas em conta as necessidades. Isso é o interesse de alguns que fazem lá, porque tivemos que passar o tempo inteiro remendando a obra da UOD-Leste, que fica ali na Av. Bento Gonçalves com a Av. Cristiano Fischer, um quarteirão inteiro. Custou muito caro e é de utilidade questionável. Agora a proposta é de que ela seja, na linguagem técnica, replicada lá para a Zona Sul. Eu me inscrevi porque estava desconfiado, e também quero aproveitar, porque o tema é de mesma natureza, para falar sobre o Projeto Integrado Socioambiental, o Pisa, também nessa região; estavam construindo uma casa

de bombas no ano passado, na Hípica, creio que é nas proximidades. Na construção, tivemos um gravíssimo acidente com a queda da laje que estava sendo concretada, e, com o acidente, 11 operários caíram no meio do concreto, sendo que dois perderam a vida. Pois, saibam, a área onde está sendo construída essa casa de bombas é uma área que também foi alterada, assim como o projeto foi alterado de boca - e temos as provas disso -, assim como o escoramento foi feito com eucalipto emendado. Por isso, todos os responsáveis vão ter que responder criminalmente pelos óbitos, ou seja, por homicídio. Portanto, essa matéria não é de mesma natureza, e eu achei que fosse algo para destruir o terreno para onde foi transferida essa casa de bombas, porque não era lá também onde ela estava sendo executada, ela era em outro terreno. Isso é de uma gravidade sem precedentes, porque aquelas famílias que perderam dois trabalhadores vão ter direitos e vão acionar o Município, vão acionar os responsáveis, que vão ter que responder criminal e civilmente pelos danos e pelo que as famílias sofreram.

Isso é outra coisa, aquilo que está proposto aqui é uma unidade operacional, é um ato do Executivo, é uma vontade. Já teve outra no passado, não funcionou, teve que sofrer adequações e outros gastos, e agora não sei por que isso se repete. Seria bom ouvir os funcionários, os trabalhadores que herdaram as coisas, porque criar uma outra unidade operacional nos moldes e no modelo da UOD-Leste não é bom, não é recomendável para o interesse público e para o interesse do contribuinte, dos que pagam as tarifas para ter um serviço de qualidade.

De qualquer forma, está pendente toda a situação. Inclusive, Ver.<sup>a</sup> Sofia, as obras daquela parte do Pisa estão embargadas até o momento, porque houve a morte daqueles dois operários. E vão ter que explicar por que mudaram o projeto da casa de bombas, por que alteraram a laje de concreto pretendido para concreto pré-moldado, por que é que escoraram com eucalipto emendado, por que é que tudo isso aconteceu. E quem vai responder pela falta desses dois trabalhadores que morreram tragicamente concretados naquele fatídico sábado de manhã? Eu quero as respostas sobre essas coisas! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna):** Obrigada, Ver. Carlos Todeschini. Não havendo mais quem queira discutir a Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h37min.)